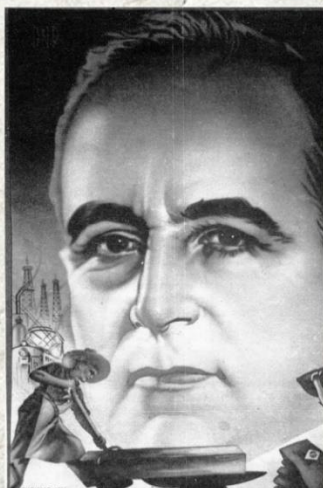


MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL



AS LEIS SOCIAIS COM QUE O ATUAL
POR INICIATIVA PRÓPRIA, TEM PROCURADO
AS CLASSES TRABALHADORAS, DEVEM
MOTIVO DE ORGULHO PARA OS BRAS



Centro de Memória Sindical

• Fundado em 14 de Junho de 1980 •

MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL - QUARTO CADERNO

2ª edição

Publicado por Centro de Memória Sindical.

Com apoio das entidades:

Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo. Presidente Luz Carlos Motta.

Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo. Presidente Eliseu Silva Costa.

Federação dos Químicos do Estado de São Paulo. Presidente Sérgio Luiz Leite.

Força Sindical. Presidente Miguel Torres.

Sindicato Comerciários de São Carlos. Presidente Ademir Lauriberto Ferreira.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo. Presidente Ricardo Patah.

Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos. Presidente José Pereira dos Santos.

Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Presidente Jorge Nazareno.

Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba. Presidente Wagner da Silveira (Juca).

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Presidente Miguel Torres.

Sindicato dos Padeiros São Paulo. Presidente Francisco Pereira de Sousa Filho (Chiquinho).

Sindicato dos Telefônicos do Estado de São Paulo. Presidente Almir Munhoz.

Sindicato Trabalhadores na Construção Civil. Presidente Antônio de Sousa Ramalho (Ramalho da Construção).

Sindicato Nacional dos Aposentados. Presidente João Inocentini.

Sindicato Trabalhadores em Hotéis. Presidente Francisco Calasans Lacerda.

Sindicato Trabalhadores em Refeições Coletivos de Campinas - Presidente Paulo Ritz.

Pesquisa e textos: Carmen Lúcia Evangelho Lopes e Nanci Novo e Trigueiros.

Edição: Carolina Maria Ruy.

Revisão: Dilair Aguiar.

1º edição - junho - 1991.

2º edição - maio - 2020.

Centro de Memória Sindical

PRESIDENTE: Milton Baptista de Souza Filho - Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

1º- **VICE-PRESIDENTE:** José Francisco Campos - Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

2º- **VICE-PRESIDENTE:** Djalma de Paula - Federação dos Químicos de São Paulo.

3º- **VICE-PRESIDENTE:** José Ferreira da Silva - Sindicato Nacional dos Aposentados.

Secretária Geral: Sindicato dos Têxteis de São Paulo.

2º- **SECRETÁRIO:** Antônio Carlos Duarte - Sindicato dos Comerciários de São Paulo.

1º- **TESOUREIRO:** Wilson Florentino de Paula - Sindicato da Construção Civil de São Paulo.

2º- **TESOUREIRO:** Aurea Meire Barrence da Silva - Sindicato dos Telefônicos do Estado de São Paulo.

RELAÇÕES SINDICAIS: Plínio Gustavo Adri Sarti - Sindicato Nacional dos Aposentados.

DIRETOR SOCIAL: Jair Mafra - Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo.

DIVULGAÇÃO E ACERVO: Elenildo Queiroz Santos - Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos.

QUARTO CADERNO: OS GOVERNOS MILITARES E A LUTA PELA DEMOCRACIA

- ✓ Os Governos Militares
- ✓ O ano de 1968 - o crescimento das manifestações contrárias à ditadura militar
- ✓ A resistência do Movimento Operário e a desmistificação do "Milagre Brasileiro"
- ✓ A reorganização do Movimento Sindical

I - OS GOVERNOS MILITARES

O golpe militar de 31 de março de 1964 foi o desfecho de uma crise institucional que já havia se manifestado em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas, e em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros. As forças populares, políticas e sindicais que assumiram importante papel durante o governo de Jango não conseguiram articular uma reação ao movimento golpista. Grupos conservadores e ligados ao imperialismo uniram-se aos militares descontentes e com os rumos tomados pelo governo Goulart e promoveram o golpe de Estado.

Os líderes civis e militares justificaram o movimento como necessário para a reorganização da economia e o restabelecimento da estabilidade política, colocando fim nas "agitações" promovidas pelo CGT e outros órgãos sindicais.

Os militares elegeram um "Comando Revolucionário" com representantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) que assumiu o poder político no país e baixou as primeiras medidas ditatoriais. Com a decretação do Ato Institucional nº 1, em 9 de abril, o Comando Revolucionário fortaleceu seus poderes realizando cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos por 10 anos, extinguindo a Frente Parlamentar Nacionalista, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto da Unidade e Ação (PUA), as ligas Camponesas e a União Nacional dos Estudantes (UNE). As principais lideranças democráticas, acusadas de subversivas, foram presas e submetidas aos Inquéritos Policiais Militares - IPMs. As medidas de força aterrorizavam a população que acompanhava as prisões, torturas e eliminação física de dirigentes operários e camponeses. Para muitos brasileiros o exílio foi a forma de preservar a vida.

Iniciou-se um período marcado pelo controle do poder político pelos militares, pela adoção de um modelo econômico voltado para os interesses externos e, no plano social, pela crescente miséria que atingiu a classe operária.

Em 11 de abril de 1964, o General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional (sob pressão do Comando Revolucionário). Durante seu governo fortaleceu-se a chamada "linha dura" do Exército que defendia intransigentemente os princípios norteadores do golpe de 64, opondo-se violentamente a tudo que lembrasse o regime oposto. A provação da "emenda das inelegibilidades" (impedindo a candidatura de políticos considerados perigosos pelos militares) e a permissão concedida à justiça militar para julgar civis acusados de crimes políticos forma medidas defendidas pela linha dura.

Em 27 de outubro de 1965, foi decretado o Ato Institucional nº 2 - AI-2 - que dissolveu os partidos políticos, estabeleceu a eleição indireta para a Presidência da República e ampliou os poderes do Executivo, em detrimento do Congresso. O AI-2 provocou a ruptura de políticos civis que haviam participado do golpe com os militares que preparavam a sua permanência no poder.

O Executivo previa ainda, no Ato Institucional nº 4, a criação de dois novos partidos - a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido do governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), oposição consentida.

Estabelecidas as condições políticas institucionais, passou o governo a empreender medidas econômicas que nortearam a sua atuação. Ainda durante o governo de Castelo Branco (64 a 67), foi adotado o PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo. Os ministros da área econômica, Roberto Campos (Planejamento) e Octávio Gouveia de Bulhões (Fazenda) - conhecidos por suas ligações com empresas multinacionais - propuseram a adoção de medidas que significaram um reajuste de nossa economia aos novos interesses do capitalismo internacional.

Foram adotados os procedimentos "clássicos" para a estabilização econômica: o corte nos gastos públicos, o aumento da carga tributária (impostos), a redução de crédito às empresas privadas e o controle salarial (o arrocho dos salários). Estas iniciativas visavam principalmente a atrair novos investimentos estrangeiros que, segundo acreditavam os ministros, eram necessários para o desenvolvimento do país. Seguiram-se outras medidas monetaristas, visando à reorganização financeira do país: foram lançadas as ORTNs

(Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) para financiar os déficits do Tesouro e criou-se também a correção monetária que incidiria como reajuste nas ORTNs, seguindo as taxas inflacionárias, sobrepondo-se aos juros previstos.

Procurando incentivar o setor de construção civil, o governo criou, em 1964, o Banco Nacional de Habitação - BNH - medida que estimulou as agências privadas de crédito imobiliário. O BNH, após 1966, foi mantido por recursos arrecadados pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

As medidas econômicas adotadas favoreceram as grandes empresas. As pequenas e médias empresas - geralmente pertencentes a brasileiros - encontravam inúmeras dificuldades e poucas sobreviveram às restrições de crédito impostas pelo governo naquele período.

Os assalariados foram duramente atingidos pelo arrocho salarial. Sobretudo durante a grande recessão que, a partir de 1967, começou a ser superada.

De 1967 a 1973 ocorreu crescimento econômico devido, principalmente, à disponibilidade de capital internacional que, aplicado em nosso país, levou a uma aparente prosperidade. As indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos lideraram o processo. Conhecido como "milagre brasileiro", o crescimento baseou-se em endividamento externo (para obtenção de tecnologia) e num processo de concentração interna de renda, garantindo-se consumidores para os produtos das indústrias mencionadas (automóveis e eletrodomésticos).

De 1940 a 1964 a dívida externa do Brasil cresceu 25%, indo de 2 para 2,5 bilhões de dólares. No período de 1964 a 1978 ela cresceu de 2,5 para 40 bilhões de dólares, atingindo 1500%¹. Hoje devemos mais de 100 bilhões de dólares com a incidência de juros sobre o montante dos juros devidos. O modelo de desenvolvimento adotado ampliou a dominação econômica pelas multinacionais, acarretando constantes concessões aos interesses externos.

O milagre brasileiro provocou grande concentração de renda. Para combater as tensões e os conflitos gerados pelo arrocho salarial e pela concentração da renda, a ditadura militar montou um eficaz aparelho repressivo. As tentativas de reorganização das entidades

¹ O Movimento - 21/07/78. In: Koshiba, Luiz & Pereira, Denise M.F. História do Brasil, Ed. Atual.

de trabalhadores e as iniciativas de oposição ao regime foram violentamente reprimidas.

A Repressão e a Resistência do Movimento Sindical – formação do MIA

O movimento sindical foi alvo de repressão imediata comandada pelos militares promotores do golpe de 1964. A polícia política passou a agir contra os militantes e dirigentes sindicais. OCGT – Comando Geral dos Trabalhadores – foi alvo de perseguição feroz porque constituía-se numa instância de grandes poderes no período imediatamente anterior ao golpe.

O movimento operário e sindical passou a ser considerado questão de “segurança nacional”.

No período de 64 a 65 ocorreram as cassações de 63 dirigentes sindicais e intervenções em 4 Confederações, 45 Federações e 383 sindicatos. Até 1970 as intervenções alcançaram 49 Federações e 483 sindicatos.²

As entidades consideradas mais fortes e combativas foram as mais atingidas pelas intervenções porque haviam “exercido atividades contrárias aos fins sindicais, às leis trabalhistas e à Segurança Nacional”. Inúmeras entidades sindicais sofreram intervenções, tendo como interventores militares, funcionários do Ministério do Trabalho ou elementos da própria categoria. Cerca de 43% dos sindicatos rurais e urbanos do Nordeste e 39% da Região Sudeste foram colocados sob intervenção governamental. As intervenções e a repressão policial provocaram o esvaziamento dos sindicatos.

A previsão inicial das intervenções era de 90 dias, prazo que se estendeu propositalmente para os sindicatos mais representativos e que reuniam maior número de trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi uma das entidades que permaneceu mais tempo sob intervenção.

Arnaldo Sussekind, ministro do Trabalho após o golpe, afirmava que a reorganização dos sindicatos, Federações e Confederações deveria seguir rigidamente a legislação trabalhista vigente. Estes deveriam assumir sua “verdadeira função” de órgãos de cooperação com o Estado já que foram afastados dos sindicatos os agitadores e incitadores de conflitos entre as classes. As autoridades afirmavam que, suspensas as intervenções e realizadas as eleições nos sindicatos, formar-se-ia um novo e autêntico grupo de dirigentes,

² Cf. Angelina C. Figueiredo – “Intervenções Sindicais” e “Novo Sindicalismo” – citado em “A Esquerda e o Movimento Operário – 1964/1984”. C. Frederico.

"colaboradores do Estado". Assim é que na repressão ao movimento sindical bastou que se aplicasse o que já estava previsto na CLT, acrescido de alguns dispositivos criados após 1964.³

O princípio de cooperação entre capital e trabalho, tão propalado durante a época varguista, voltava a ser colocado pelo governo como meta para a atuação de entidades sindicais. Procurou-se retirar toda a combatividade existente nas organizações operárias transformando-as, fundamentalmente, em organismos assistencialistas.

A exigência do atestado de ideologia e a necessidade de aprovação pela polícia política e pelo Ministério do Trabalho dos membros da diretoria ou funcionários das entidades sindicais excluíram sistematicamente os sócios mais ativos e experientes.

Para colocar em prática o PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo - que previa o arrocho salarial, cercou-se ainda mais o direito de greve. Foram proibidas as greves políticas e de solidariedade, criando-se tantas exigências para a decretação das greves econômicas que inexistia a possibilidade legal de repúdio à política governamental.

A Lei 4.330 regulamentou o direito de greve e a política salarial. Só eram consideradas legítimas, a partir de 1º de julho de 65, as greves aprovadas em assembleia geral das categorias por 2/3 dos presentes numa primeira assembleia ou, em segunda convocação, 1/3 dos presentes. Exigia-se intervalo mínimo de 2 dias entre as convocações e o quórum de 1/8 dos associados, em segunda convocação, para as categorias com mais de 5.000 profissionais. Os editais deveriam ser publicados na imprensa com antecedência de 10 dias das assembleias. Após a realização da assembleia e da cotação secreta, a apuração seria presidida por elementos do ministério do Trabalho ou indicadas pelo Procurador Geral ou Procuradores Regionais do Trabalho. As reivindicações profissionais também deveriam ser tiradas na assembleia. O empregador deveria ser notificado, tendo o prazo de 5 dias para solucionar o conflito. Neste período, o Diretor do Departamento Nacional do Trabalho e o Delegado Regional do Trabalho tomariam providências conciliatórias. Caso não se chegasse a um acordo, os trabalhadores poderiam "pacificamente" abandonar suas atividades. Como se percebe, os obstáculos eram tantos e o processo tão demorado que as greves, enquanto mecanismos legais de pressão dos trabalhadores, eram inviáveis, irrealizáveis.

³ Estes dispositivos serão incluídos no trabalho.

Pouco a pouco articularam-se iniciativas de superação do terror implantado e procurou-se organizar a resistência nas difíceis condições impostas pelo novo regime. As manifestações de apoio e solidariedade aos perseguidos ou presos e suas famílias foi uma das formas de se romper o medo.

Estudantes e intelectuais, menos atingidos pela opressão que os operários, iniciaram movimentos contestatórios às normas estabelecidas que, aos poucos, iam ganhando maior amplitude nos principais centros do país - Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Rio Grande do Sul.

Os trabalhadores sofriam os efeitos do arrocho salarial - com seus reajustes fixados pelo governo. Em 1966, foram atingidos também pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O FGTS acabou com a estabilidade no emprego⁴ - condição de segurança profissional do trabalhador, e promoveu intensa rotatividade de mão-de-obra que possibilitou aos empregadores baixar, ainda mais, os níveis salariais. A superexploração dos operários imposta pelo governo e empresários acabou por levar à organização das primeiras manifestações de resistência operária.

Os Sindicatos dos Metalúrgicos de Osasco, Santo André, São Paulo, Guarulhos e Campinas uniram-se e, em dezembro de 1967, criaram o Movimento Intersindical Antiarrocho - MIA. O MIA pretendia exercer pressão sobre o governo para derrubar a política do arrocho. Previa-se, inclusive, a preparação de uma greve para o final de 1968 manifestando, de forma aberta, o repúdio à política econômica governamental.

A reorganização operária envolveu, todavia, visões e formas diferenciadas de encaminhamentos das lutas.

II - O ANO DE 1968 - O CRESCIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES CONTRÁRIAS À DITADURA MILITAR

O ano de 1968 foi um ano de crise para o regime militar. A sucessão de Castello Branco provocou cisões nas Forças Armadas e na área política sendo indicado o candidato da linha dura do Exército, Arthur Costa e Silva, para a presidência. Retificado pelo Congresso Nacional (que não tinha autonomia), Costa e Silva iniciou seu governo num clima de mobilizações constantes pela redemocratização;

⁴ Serão incluídas informações sobre as condições da estabilidade no emprego vigente antes de 1966.

os estudantes e os descontentes com o golpe militar partiram para o enfrentamento aberto com a ditadura. As forças mais conservadoras, entre elas a linha dura do Exército, defendiam o fechamento do Congresso e do regime.

O movimento estudantil entre março e junho de 1968 agitava as ruas e praças, reunindo aqueles que defendiam o retorno à democracia e à legalidade, bem como a vigência de amplas liberdades civis. Em março de 1968, o estudante Édson Luís foi morto pela polícia no Rio de Janeiro provocando grande comoção e radicalizando os ânimos estudantis. As manifestações de repúdio à violência empregada pelos militares reuniram um grande número de participantes. A Igreja Católica, que havia apoiado o golpe em 1964, reformulou sua atuação passando a se posicionar ao lado dos que eram atingidos pelo regime de exceção.

O 1º de maio de 1968 foi um momento crítico para o movimento popular e operário na resistência ao arbítrio e violências dos militares no poder. Em São Paulo, alguns dirigentes do MIA decidiram convidar o governador, Abreu Sodré, para o ato na Praça da Sé. As dissidências entre os organizadores levaram a proposta de elementos mais radicais, de tomada do palanque e expulsão do governador e dos dirigentes que o haviam convidado. A praça estava tomada pelo povo e ocorreu um grande tumulto quando foi empreendido o avanço sobre o palanque. O governador foi atingido por uma pedra e o palanque foi tomado por operários que denunciaram a ditadura, a violência das torturas e mortes de trabalhadores e a política econômica de arrocho salarial. Ao final, o palanque foi incendiado.

O 1º de maio de 1968, em São Paulo, representou o extravasamento da repressão que tinha sido imposta a toda a sociedade e assustou aqueles que temiam a reorganização popular.

As greves recomeçaram em 1968. Na cidade de Contagem – importante centro industrial de Minas Gerais – ocorreu, em abril, um expressivo movimento grevista que surpreendeu o governo militar. A greve foi provocada por três importantes fatores: a crise de emprego que atingia a região mineira, a agitação sindical e a presença e atuação de grupos de esquerda junto ao operariado.

A intensa repressão policial empreendida em 1964 e a impossibilidade de atuação política legal levaram ao surgimento de várias organizações de esquerda. Atuando na clandestinidade, inúmeras delas tentaram penetrar nas fábricas e encontrar formas efetivas de reorganizar o movimento operário. Conseguiram, apesar

da vigilância constante, romper o período mais difícil de repressão denunciando a ditadura e sua atuação entre os trabalhadores.

Embora muitos sindicatos já não estivessem mais sob intervenção e houvessem realizado eleições, a participação dos trabalhadores nestas entidades ainda era pequena. Os operários não confiavam nas promessas do governo Costa e Silva de diminuir as medidas repressivas e nem podiam contar com suas entidades para dirigir suas lutas.

Nas fábricas formaram-se comissões operárias que reuniram lideranças representativas dos companheiros e das reivindicações tiradas nos locais de trabalho.

A comissão de fábrica Belgo-Mineira, indústria metalúrgica de Contagem, conseguiu ter uma atuação expressiva entre os trabalhadores. Afixava boletins, divulgava informações e foi preparando a ação grevista. Discutia-se, inclusive, a ocupação da empresa. A oportunidade para divulgar o movimento entre os trabalhadores de outras fábricas da região ocorreu com a concentração promovida pelo Comitê Intersindical Antiarrocho - seção de Minas Gerais. Ocorrida em 28 de março de 1968, a concentração reuniu aproximadamente 2.000 trabalhadores, possibilitando a discussão dos planos do governo.

A greve começou em 16 de abril, na trefilaria, que tinha cerca de 1.200 trabalhadores. Os operários reuniram-se em comissões para tomar os portões da fábrica, organizar a atuação internamente e preparar-se para negociar com os patrões. As assembleias realizavam-se no pátio da empresa e os operários dos turnos que chegavam logo aderiram ao movimento. Durante dois dias os trabalhadores ocuparam a Belgo-Mineira, saindo de lá para o sindicato dos metalúrgicos, ameaçados pela violência policial. No terceiro dia, a SBE, a Mannesmann, a Acesita e a Belgo de João Monlevade aderiram ao movimento grevista. Aproximadamente 16 mil trabalhadores participaram da greve que surpreendeu o governo, o sindicato e o patronato. Sem a presença de piquetes, o movimento foi produto do trabalho empreendido pelas comissões de fábrica, esclarecendo e mobilizando o operariado.

Os operários da Belgo reivindicaram 25% de aumento, índice aceito e encaminhado pelos outros grevistas. O ministro do Trabalho - Jarbas Passarinho - negociou com os grevistas. O sindicato, embora negando qualquer participação na preparação do movimento, declarou-se ao lado dos grevistas. O presidente Costa e Silva, no final de abril, assinou um decreto que antecipava 10% de reajuste salarial, como

abono a ser descontado no dissídio (novembro). Embora não atendesse plenamente às reivindicações dos trabalhadores, a obtenção de 10% de abono, e a própria organização do movimento, representaram grande vitória sobre a ditadura. Os trabalhadores de Contagem pretendiam arrancar do governo a diferença de 15%. Em outubro partiram para nova greve, porém encontraram forte esquema repressivo que combateu o movimento, impondo-lhe derrota.

A greve de Osasco

Osasco é um município industrial vizinho à cidade de São Paulo. Lá ocorreu um processo semelhante ao que havia acontecido em Contagem/Minas Gerais. Com o golpe de 1964 foi decretada a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos da cidade, persistindo a organização no interior de algumas fábricas.

A Frente Nacional do Trabalho - FNT -, fundada em 1960, reuniu advogados trabalhistas e operários cristãos que se opunham à atuação do Sindicato dos Metalúrgicos pela vinculação de sua diretoria ao PCB. A FNT organizou comissões semiclandestinas em algumas fábricas que, apesar do golpe militar, sobreviveram e continuaram trabalhando.

A organização dos operários nos locais de trabalho - pela base - também preocupou militantes do PCB que, em 1963, após racharem com o partido na cidade, empreenderam esforços e conseguiram criar comitês clandestinos na Braseixos e, algum tempo depois, na Cobrasma - duas grandes indústrias da região.

Quando ocorreu o golpe em 1964, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco ficou sob intervenção e o comitê da Braseixos também foi atingido. A atuação da FNT e do comitê da Cobrasma, contudo, conseguiram ser preservadas e os integrantes destas entidades puderam continuar desenvolvendo suas atividades.

Os trabalhadores da Cobrasma, logo após o golpe, haviam paralisado durante 5 minutos suas atividades pela morte de um companheiro em acidente de trabalho. Foi uma demonstração de força que reuniu esforços dos militantes da FNT e do comitê, que, em 1965, conseguiram eleger uma comissão legal de empresa. Em 1966, José Ibrahim, um dos integrantes do comitê, foi eleito presidente da segunda comissão que já tinha superado, em sua composição, a influência da FNT.

José Ibrahim foi um dos operários-estudantes que formaram o chamado "grupo de Osasco" - reunião de operários, operários estudantes e estudantes - de intensa atuação no movimento operário e estudantil do município osasquense em 1967 e 1968. O prestígio alcançado por José Ibrahim e seus companheiros levou à sua eleição para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 1967. Foi um dos integrantes do MIA, porém sua atuação o diferenciava entre os outros dirigentes, aproximando-o de militantes das oposições sindicais. O Movimento Intersindical Antiarrocho - MIA - não resistiu às divergências entre as lideranças. Mas serviu para a promoção de intensa agitação sindical nas fábricas da cidade. Como resultado formaram-se comissões de fábricas clandestinas na Lonaflex e Brown Boveri.

Em novembro de 1967 ocorreu o dissídio dos metalúrgicos que conseguiram somente 17% dos 51% pleiteados como aumento. A insatisfação era geral e a greve brotava da insatisfação dos trabalhadores. No final do mês de maio de 1968, operários da Barreto Keller (fábrica que tinha 300 trabalhadores) paralisaram o trabalho e conseguiram abono salarial e a criação de uma comissão legal. A iniciativa, numa fábrica em que o grupo de Osasco e o sindicato não tinham trabalho organizado, demonstrou a disposição de ir à luta que ganhava adeptos entre o operariado.

A radicalização política, que dominou o ano de 1968, provocou também a antecipação do movimento grevista que, devendo ocorrer em outubro, foi antecipado para junho. Os articuladores do movimento acreditaram que a repressão levaria quatro ou cinco dias para intervir, o que daria tempo para que outros operários de Osasco, São Paulo e do ABCD aderissem à greve. A extensão que o movimento pretendia atingir romperia a possível reação do governo impondo-lhe, talvez, a derrota.

No dia 16 de julho, às 8 horas e 40 minutos, com o apito da Cobrasma (sinal combinado), começou a greve. Começando na seção de limpeza e acabamento de fundição, a parada atingiu toda a fábrica. Organizaram-se comissões e os operários tomaram a fábrica. Os operários de outras fábricas - Barreto Keller, Osram e Granada - pararam suas atividades na hora combinada e dirigiram-se para o sindicato. Os trabalhadores da Lonaflex, como os da Cobrasma, ocuparam a fábrica.

José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, recebeu representante do Delegado Regional do Trabalho para negociação procurando evitar que fosse decretada a intervenção na entidade. O movimento grevista já atraía o próprio Ministro do

Trabalho - Coronel Jarbas Passarinho - para São Paulo. A repressão assumiu aspecto de verdadeira guerra na cidade de Osasco, tomada pelos veículos militares que invadiram a Lonaflex e a Cobrasma, ainda durante a noite do dia 16, para desalojar e prender os operários. A intensa repressão chegou mesmo à ocupação do município pelo Exército. Operários de outras fábricas solidarizaram-se parando o trabalho, no dia seguinte. A Brown Boveri, a Braseixos e parte da Eternit e Cemaf aderiram à luta grevista. A rápida e intensa atividade repressiva do governo impôs a derrota aos operários. O sindicato foi colocado sob intervenção, as principais lideranças da região foram presas. O movimento operário perdeu seus militantes mais ativos e experientes. O custo foi muito alto para os trabalhadores. Algumas empresas, nos meses subsequentes à greve, concederam reajustes e antecipações salariais ainda atemorizadas pelo que havia ocorrido e procurando evitar problemas com os operários.

A brutalidade da repressão policial empreendida contra os trabalhadores de Osasco demonstrou que a ditadura militar, na realidade, caminhava para o "endurecimento" do regime.

No dia 13 de dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 5 - AI-5 - regulamentando um controle social sem precedentes, instaurando-se feroz repressão contra qualquer manifestação de discordância com o regime.

O Decreto de número 477 - integrante do AI-5 - proibiu atividades políticas de estudantes, professores e funcionários de escolas e universidades. A ditadura militar recorreu a este dispositivo inúmeras vezes para excluir de suas atividades os professores e alunos mais competentes e combativos. Não havia lugar para a crítica, para a ciência. Se as universidades ficavam desfalcadas de seus melhores membros, enchiam-se, por outro lado, as prisões com operários e estudantes que partiram para o enfrentamento armado - nas lutas de guerrilhas - contra a ditadura militar.

III - A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E A DESMISTIFICAÇÃO DO "MILAGRE BRASILEIRO"

O Ato Institucional nº5 - AI-5 - ampliou as medidas arbitrárias que a ditadura militar impôs à nação. A repressão era tão intensa que a luta e a resistência pareciam impossíveis. Por algum tempo o

movimento operário permaneceu calado. Mas, pouco a pouco, encontrou formas de se expressar apesar da violência policial.

Persistiram, na década de 1970, as intervenções sindicais, as substituições de diretoria, as prisões de lideranças. Foram também constantes as fraudes ou anulações de eleições sindicais, segundo conveniências do Ministério do Trabalho.

Neste período, um grande número de sindicalistas participou de cursos e seminários realizados pelo *American Institute for Free Labor Development* em convênio com o governo brasileiro.

Os treinamentos obedeciam "ao espírito de colaboração com o Estado" em apoio ao programa de desenvolvimento econômico adotado pela ditadura militar. Os cursos se destinaram, também, a funcionários dos sindicatos, com o objetivo de qualificar estes funcionários para atuarem como dirigentes sindicais. No entanto, estes funcionários não tinham mandato sindical. Durante o ano de 1972, os bancários, metalúrgicos, motoristas de ônibus, empregados na construção civil e operários da construção do metrô em São Paulo, obtiveram aumentos superiores aos índices obrigatórios estabelecidos pela política salarial do governo. Os aumentos foram conseguidos por movimentos grevistas espontâneos e ilegais na época. A situação econômica era propícia porque entre 1973 e 1974 ocorreu escassez de mão-de-obra devido à expansão industrial motivada pelo mito do milagre econômico. Cresceram as pressões patronais por horas extras. Os trabalhadores de grandes empresas como a Volkswagen, a Chrysler, a Mercedes-Benz e a Villares recusaram-se a fazer as horas extras impostas pelos patrões. Obtiveram, então, um aumento de 9% a 10% na remuneração das horas extraordinárias trabalhadas, rompendo com a legislação salarial imposta pelo governo.

A reorganização operária iniciou-se nas fábricas onde os trabalhadores procuraram formar os comitês ou comissões que encontraram saídas novas e originais de resistência à exploração. A "operação-tartaruga" (reduzindo o ritmo do trabalho); a operação-zero (realizando-se a tarefa com todo o cuidado e levando, portanto, muito mais tempo) e as paradas por seções foram expedientes utilizados na década de 1970 para reduzir a produção sem o abandono do local de trabalho. Os operários encontraram, portanto, formas cada vez mais aprimoradas de enfrentar o patronato e burlar a vigilância policial.

O governo do General Emílio Garrastazu Médici foi o período de maior repressão política. Foram constantes as prisões, mortes e o

aniquilamento dos grupos políticos que tentaram opor-se à ditadura. Na sucessão de Médici, Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho apresentaram-se como "anticandidatos" às eleições presidenciais. Esta estratégia possibilitou que percorressem todo o país em campanha (derrotada pelo jogo marcado da votação no Colégio Eleitoral) realizando comícios e manifestações pelo retorno à democracia.

O General Ernesto Geisel tomou posse em 1974, ano em que ocorreram eleições para as Assembleias Estaduais e para o Congresso Nacional (Câmara e Senado). O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) impôs fragorosa derrota à ARENA (partido governista). Várias lideranças sindicais mobilizaram-se para as eleições, conseguindo eleger candidatos vinculados a sindicatos.

Preocupados com a possibilidade do MDB conseguir maioria no Congresso nas eleições previstas para 1978, setores mais radicais das Forças Armadas reiniciaram as prisões, torturas e mortes de militantes oposicionistas

A repressão, embora intimidasse parcela significativa da população, não mais servia para calar as manifestações contrárias ao governo. A morte do jornalista Wladimir Herzog e do operário metalúrgico Manuel Fiel Filho nas dependências do II Exército em São Paulo, desencadearam uma onda de missas, atos públicos e protestos que acabaram forçando o governo a permitir uma abertura política.

No ano de 1977, o Banco Mundial publicou a denúncia de que os índices de correção salarial do ano de 1973 haviam sido manipulados pelo governo brasileiro. Os trabalhadores, segundo pesquisa do DIEESE - órgão que havia sido combatido pela ditadura - sofreram perda de 34,1% em seus salários. A grave crise mundial que também se refletia em nosso país agravou a condição de penúria do operariado que se mobilizou pela reposição das perdas sofridas.

Os encontros promovidos pelas lideranças sindicais e os encaminhamentos adotados para a recuperação das perdas salariais contribuíram para a desmoralização da política econômica da ditadura e para a desmistificação do que havia sido, na prática, o "milagre penúria". A miséria dos trabalhadores contrastava com o enriquecimento de uma minoria da população. Algumas categorias entraram com um processo judicial para recuperar suas perdas. Outras, diante da grande repercussão atingida pelo movimento, conseguiram negociar diretamente com as empresas.

Em novembro de 1977, uma delegação de 205 sindicalistas de São Paulo dirigiu-se a Brasília reivindicando, junto ao presidente Ernesto Geisel, "o direito dos trabalhadores realizarem congressos nacionais". Os empresários já haviam se reunido em encontro nacional - o CONCLAP.

A proposta defendida na ocasião por Hugo Perez (vice-presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo) recebeu apoio de vários parlamentares e de alguns empresários. Durante duas semanas ocupou manchetes dos principais jornais do país com o posicionamento público de vários sindicalistas em sua defesa.

Arnaldo Prieto - na época Ministro do Trabalho - manifestou-se favorável à ideia desde que: 1º) a reunião fosse convocada pelas Confederações, e 2º) que o organismo não tivesse caráter permanente como uma intersindical. Todavia a ideia não vingou entre as Confederações.

Ainda durante o ano de 1977, o presidente Geisel, que pretendia encaminhar a "abertura lenta e gradual do regime", cassou o mandato de parlamentares que denunciaram a violência e a falta de liberdade que predominavam no país. Em 1º de abril de 1977, continuando em sua política de "abertura", fechou o Congresso e assinou a Emenda Constitucional nº 8 e decretos-leis versando sobre reformas políticas. Em junho ocorreram novas cassações parlamentares. No entanto, a deposição de Sylvio Frota - Ministro do Exército e defensor da "linha dura" - impôs alguns limites aos setores mais repressivos do movimento de 1964. No mês de novembro, o Supremo Tribunal Militar aprovou o pedido de apuração de torturas realizadas pelas autoridades militares conforme denúncia de presos políticos. As pressões começaram a abrir brechas mais significativas no regime. Geisel pronunciou-se favorável, no final de 1977, à substituição das "medidas de exceção" por dispositivos mais amenos - as "salvaguardas constitucionais".

O projeto de abertura política do governo foi colocado à prova em diferentes momentos durante o ano de 1978. A sociedade civil procurava organizar-se para recuperar seus direitos fundamentais.

Nos dias 27 e 28 de janeiro de 1978, ocorreu o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema. As participantes do encontro propuseram o engajamento das operárias metalúrgicas nas lutas mais gerais dos trabalhadores brasileiros. Como lutas específicas aprovaram:

- ✓ A igualdade salarial independente de sexo, cor ou idade;
- ✓ Condições de trabalho adequadas nas fábricas; e
- ✓ Criação de um equipamento social básico como creches, escolas e parques.

A maioria das operárias eram solteiras (85%) e estavam na faixa dos 18 aos 25 anos (57%). Quanto à remuneração, a maior parte das congressistas recebia de 1,5 a 2 salários mínimos.

O movimento grevista ressurgiu em 1978, na região de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema e no município de São Paulo, com grande força. Representava a ampliação de manifestações discretas e isoladas que vinham ocorrendo no interior das fábricas provocadas, principalmente, pela miséria que atingia os trabalhadores. É certo que existia uma incipiente organização de base como também uma postura "diferente" dos sindicalistas da região, mas o grande mobilizador foi o "arrocho salarial" imposto ao operariado.

"A greve veio de um grande sofrimento da classe trabalhadora... A classe trabalhadora vivia debaixo do arrocho salarial. A partir desse momento, em que a classe começou a sentir seus problemas e esses problemas foram se agravando, o trabalhador foi sendo obrigado a tomar uma posição. Claro que os sindicatos de São Bernardo do Campo e Santo André vêm trabalhando na conscientização do pessoal, a partir da luta pela reposição salarial dos 34% perdidos em 1973".⁵

Em 1977, o povo brasileiro tomou conhecimento da manipulação governamental dos índices de reajuste salariais de 1973, em detrimento dos trabalhadores. A Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo promoveu a campanha pela reposição das perdas salariais que ampliou a discussão e mobilizou a categoria provocando, no ABC, grandes manifestações operárias.

O início das greves no ABC ocorreu quando o governo militar já concretizava as primeiras medidas de "abertura do regime". Encontrou conjuntura favorável criada pela oposição que mobilizava a população dos bairros, na área estudantil e na luta mais geral contra a carestia de vida.

Os trabalhadores da Saab-Scania, em 12 de maio de 1978, entraram na fábrica, colocaram seus macacões, bateram os cartões e... pararam as máquinas! Retomaram a prática da greve, descriminalizando esta manifestação. Ganharam os noticiários (imprensa escrita) e a classe

⁵ in História Imediata nº2 "A Greve na voz dos Trabalhadores – da Scania a Itu" 1979.

operária recuperou o legítimo direito da greve. A adesão dos trabalhadores da fábrica foi total.

A diretoria empossada no dia 1 de abril de 1978 no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, tendo como presidente Luís Inácio da Silva (Lula), demonstrou grande combatividade em consonância com o estado de ânimo dominante na categoria. O sindicato colocou-se ao lado dos trabalhadores da Scania, que após vários dias de greve e com a paralização em solidariedade dos trabalhadores da Ford, obtiveram um reajuste inicial de 6,5% em seus salários. Eles pleiteavam 20% e o sindicato conseguiu, em negociações com a empresa, elevar para 11% o percentual de reajuste.

A greve da Scania pegou o governo e os empresários de surpresa e constituiu uma vitória que "esquentou" o ânimo dos trabalhadores na luta por seus direitos.

Em agosto de 1978, ocorreu o IV Congresso da Confederação Nacional da Indústria - CNTI. Os principais dirigentes da CNTI pretendiam (em colaboração com o governo), aprovar uma série de medidas a serem introduzidas na área trabalhista. Pretendiam, também, esvaziar politicamente o Congresso Nacional dos Metalúrgicos, que estava marcado para outubro. Ari Campista, presidente da CNTI, e seus aliados encontraram resistência de lideranças sindicais; entre elas, os metalúrgicos - ABC, São Paulo e Rio Grande do Sul, gasistas de Minas Gerais e petroleiros do Rio de Janeiro. O Congresso da CNTI acabou permitindo o encontro dos novos dirigentes que defendiam a autonomia e a construção de um sindicalismo democrático, organizado a partir da atuação das comissões de fábricas, da sindicalização voluntária e de eleições diretas dos sindicatos às confederações. Quanto à política nacional, manifestavam-se pelo "reestabelecimento das eleições diretas em todos os níveis; convocação de uma Constituinte, anistia; revogação das leis de exceção e supressão de quaisquer salvaguardas e medidas de emergência que desfiguram a democracia".⁶

Durante o ano de 1978 ocorreram ainda outros encontros onde crescia a presença e a articulação das lideranças mais combativas. Em Santos, durante o mês de agosto, ocorreu um encontro de sindicalistas que pretendiam debater os acontecimentos do Congresso da CNTI. Este encontro acabou por transformar-se em instância de protesto e repúdio das lideranças sindicais contra o governo Geisel

⁶ in CONCLAT/81 – A Melhor Expressão do Movimento Sindical Brasileiro – ILDES - 3

que baixou o Decreto-Lei nº 1.632 cercando ainda mais o direito de greve. Pelo Decreto nº 1.632 o governo ampliou a relação das atividades consideradas "essenciais e de segurança nacional" onde ficavam proibidas as greves.

No Rio de Janeiro, durante o mês de setembro, reuniram-se 28 sindicatos de diferentes categorias. À revelia das proibições das delegacias regionais do Trabalho, os sindicalistas discutiram as questões que atingiam o sindicalismo e posicionaram-se em solidariedade à greve dos bancários e professores (declaradas ilegais), questionaram a validade do projeto de reformas do governo e propuseram a convocação de uma Constituinte onde estivessem presentes representantes dos trabalhadores.

O III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi realizado em outubro de 1978. Os sindicalistas e delegados presentes reafirmaram posições tomadas em outros encontros relacionados à luta pela liberdade sindical e à organização dos trabalhadores pelas bases. A proposta de formação de uma central sindical - a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - foi a que provocou mais discussão. Ao final do Congresso foi aprovada a orientação de que a Central deveria ser estruturada pelas bases, ficando livre da influência do Estado e que deveria ser única, reunindo os trabalhadores e suas lideranças na luta pelas reivindicações mais importantes, sobrepondo-se às divergências ideológicas e políticas que manifestavam no movimento sindical.

Os debates sobre a estrutura sindical foram constantes nos encontros e congressos sindicais de 1978. Formaram-se três grupos de dirigentes que tinham posicionamentos diferentes quanto à questão: havia os que se colocavam em oposição aberta à estrutura sindical atrelada; outros defendiam criticamente a atuação nas entidades oficiais e propunham mudar a estrutura por dentro (atuando nela) e um terceiro grupo defendia a atuação nas entidades existentes sem assumir críticas públicas à estrutura sindical.

Durante o ano de 1979 foram realizados vários congressos sindicais. Entre eles

- Congresso Estadual dos Metalúrgicos de São Paulo

Local: Lins (SP)

Principais decisões: empreender luta pela liberdade sindical, sim da lei de greve, controle operário do imposto sindical, contrato coletivo e negociação direta (área sindical).

Política nacional: luta pela anistia e pela convocação de uma assembleia constituinte.

- IV Congresso Nacional dos Metalúrgicos

Data: 04 a 09 de junho

Local: Poços de Caldas (MG)

Principais decisões: luta pela liberdade e autonomia sindicais, repúdio ao Projeto da CLT apresentado pelo governo; solidariedade aos movimentos grevistas que ocorriam no país; apoio ao trabalho das comissões de fábricas que atuassem conjuntamente com os sindicatos e a criação do Partido dos Trabalhadores.

Política Geral: luta pela anistia ampla, geral e irrestrita; pela convocação de uma assembleia constituinte e, a nível internacional, apoio à luta do povo da Nicarágua.

Divergências no encontro: os sindicalistas da "Unidade Sindical" indicaram uma chapa para o Departamento Nacional dos Metalúrgicos que, apesar de enfrentar resistências e provocar cisões entre os dirigentes, foi eleita.

- Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais

Data: 02 a 06 de agosto.

Local: Niterói (RJ)

Principais decisões: luta pela liberdade e autonomia sindicais; rejeição do Projeto da CLT e da proposta de "economia de guerra" defendida pelo governo.

Política nacional: luta pela redemocratização do país; pelo pluralismo político e por reformas tributária, financeira e agrária que revertessem em medidas concretas de melhoria de condições de vida dos trabalhadores.

- 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo

Data: 31 de agosto, 01 e 02 de setembro

Local: São Paulo (SP)

Principais decisões: empenho nas lutas gerais aprovadas nos congressos da categoria e, como reivindicações específicas:

- ✓ A luta por igualdade salarial porque os homens recebiam, segundo dados do DIEESE, 73% a mais que as mulheres que desempenhavam as mesmas funções;
- ✓ A instalação de creches e jardins da infância nas fábricas e nos bairros;
- ✓ Jornada de 40 horas semanais;
- ✓ Fim das horas extras;
- ✓ Aposentadoria aos 25 anos de trabalho;
- ✓ Repúdio à lei que permite o trabalho noturno da mulher; e
- ✓ Aumento da licença-maternidade de 3 para 6 meses.⁷

O movimento terminou com uma trégua de 45 dias para as empresas estudarem uma proposta de aumento, sendo suspensas as intervenções nos sindicatos dos metalúrgicos de Santo André e São Bernardo com a reintegração das diretorias. As lideranças sindicais da região assumiram uma proposta de sindicalismo combativo e de confronto com o poder constituído que se firmou nos anos seguintes.

O movimento grevista irradiou-se do ABC para outras regiões e categorias. Os funcionários públicos - médicos, bancários e professores - reiniciaram a prática de greves para conseguir melhores salários.

No ano de 1979 ocorreram mudanças políticas significativas no país: o AI-5 foi substituído por "salvaguardas" legais, o governo, cedendo a pressões populares, decretou a anistia aos presos e exilados políticos e iniciou-se o processo de constituição de novos partidos.

Todavia perdurou a repressão ao movimento operário e sindical. Ocorreram prisões e mortes de trabalhadores grevistas e o governo lançou mão da intervenção em sindicatos procurando desmobilizar as categorias mais combativas.

Durante o ano de 1980 ocorreram encontros que reuniram militantes em oposições sindicais e sindicalistas que procuraram estabelecer, a nível nacional, formas próprias de atuação comprometida e voltada para as reivindicações de suas bases. Os sindicalistas engajados na proposta convocaram o 1º Encontro Nacional de Oposição à Estrutura Sindical - ENTOES - precedido por encontros regionais. Embora tenham possibilitado discussões sobre a realidade nacional e levantado propostas renovadoras de atuação sindical, ocorreram problemas no encaminhamento das principais decisões destas reuniões que não conseguira, portanto, o resultado pretendido.

⁷ in "Estas Somos Nós" - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher /CMS

Durante o ano de 1980 poucas categorias conseguiram articular-se em grandes mobilizações. Entre elas estão os metalúrgicos do ABC, os metalúrgicos mineiros (de João Monlevade), os operários da construção civil de Vitória e do Rio Grande do Sul. Os professores mineiros voltaram a organizar-se na defesa de seus direitos. Os professores do Paraná, do Acre e do Rio Grande do Sul, que ainda não haviam se incorporado às lutas, iniciaram mobilizações em seus estados.

O movimento de maior repercussão foi a greve iniciada em 1º de abril de 1980 pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Alcançou aproximadamente 100 mil trabalhadores da região que se solidarizaram com os iniciadores da paralisação. A greve representou o repúdio dos trabalhadores à política governamental, e uma instância de pressão sobre o patronato. Para a legislação sindical vigente, assumiu proporções desafio intoleráveis. As mobilizações operárias tomaram a cidade de São Bernardo - o Estádio da Vila Euclides e a Igreja Matriz - e realizaram uma greve que perdurou 41 dias. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi cassada e o sindicato colocado sob intervenção. O saldo do movimento não foi positivo para os trabalhadores que não conquistaram suas reivindicações, as dispensas atingiram grande número de operários e as lideranças estavam afastadas da direção do sindicato.

O ano de 1980 terminou sem que o movimento sindical conseguisse se organizar nacionalmente. Em 1981, a preparação da CONCLAT atraiu e aproximou as principais lideranças sindicais do país.

As eleições nos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em São Paulo, foram acompanhadas por todo o país. Em São Bernardo foi eleito Jair Meneguelli - com o apoio de Lula e a atuação do PT. Em São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade manteve-se à frente da diretoria vencendo a oposição pela direção do maior sindicato da América Latina.

O desemprego atingiu altos índices em 1981, intensificando-se a rotatividade da mão-de-obra e provocando a diminuição dos salários. As condições de vida da classe trabalhadora pioraram sensivelmente.

As greves de 1981 apresentaram-se tanto como tentativas de resistência ao desemprego quanto como lutas pela preservação dos empregos e em defesa da estabilidade da representação sindical. Várias categorias fizeram paralizações por ameaças de redução de salários e dispensa de trabalhadores (metalúrgicos mineiros e trabalhadores na construção naval do Rio de Janeiro). A greve

ocorrida na Fiat, do Rio de Janeiro, durou 42 dias em que os operários se mobilizaram pela readmissão de 185 trabalhadores e pela estabilidade por um ano. Os operários da Ford - São Bernardo do Campo/SP - também paralisaram suas atividades exigindo que a empresa readmitisse 400 trabalhadores e garantisse a manutenção de seu quadro de funcionários. A greve da Ford, que envolveu 9 mil trabalhadores, embora tenha sido decretada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho, terminou com um significativo avanço para os trabalhadores: foi constituída e reconhecida uma comissão de 14 representantes que negociaram, junto à empresa, as condições de readmissão dos 400 companheiros. Os grevistas conseguiram também 120 dias de estabilidade.

As ameaças de demissão se intensificaram e os sindicatos, em várias ocasiões, tiveram que aceitar algumas compensações econômicas imediatas concedidas ao trabalhador despedido, diante do caráter iminente e claro de corte de pessoal pelas empresas.

A realização da CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - em 21, 22 e 23 de agosto de 1981, representou a possibilidade de se organizar a resistência, a nível nacional, ao desemprego e à miséria que atingiam a classe operária.

O ano de 1982 encontrou a classe operária sofrendo os drásticos efeitos da política recessiva adotada pelo governo nos anos anteriores.

O patronato procurou tirar proveito da crise, endurecendo nas negociações com os sindicatos. Esta política, aliada ao temor do desemprego, provocou descenso do movimento grevista.

O ano de 1983 foi o último ano do período recessivo iniciado em 1977/78. Ele marcou também a promulgação de vários decretos-leis que impunham o arrocho salarial aos trabalhadores, concessão do governo ao Fundo Monetário Internacional.

Em 1984 e 1985 ocorreu um processo de recuperação da economia, mas os assalariados, atingidos pelo processo inflacionário, não conseguiram benefícios.

O ano de 1983 marcou a luta sindical contra os pacotes econômicos governamentais que incluíram decretos-leis que arrochavam os salários. O Decreto-Lei nº 2.012 atingia os salários dos trabalhadores em empresas estatais e provocou grande mobilização das lideranças do setor pressionadas pelas bases. Os outros Decretos-Leis que afetavam os salários foram os de número 2.024, 2.025, 2.036 e 2.045.

O movimento sindical encaminhou, de forma unitária, a luta para derrotar a política governamental, adotando as campanhas públicas de denúncia com cartazes, volantes, panfletos e jornais distribuídos aos trabalhadores.

As discussões entre os sindicalistas resultaram na decretação de uma greve geral - de caráter nacional - contra os pacotes e decretos econômicos. O resultado foi positivo. Nas principais capitais e nos sindicatos mais ativos foi distribuída grande quantidade de material - volantes e panfletos - orientando os trabalhadores para a greve geral marcada para o dia 21 de julho de 1983. Esse trabalho foi realizado também nas fábricas, nos bancos, no comércio, nas ruas, em terminais e pontos de ônibus e trens criando o clima de parada geral.

Diante da agitação preparatória da greve, o Ministério do Trabalho decretou a intervenção nos sindicatos dos Bancários e Metroviários de São Paulo e nos Petroleiros da Bahia. Todavia não conseguiu seu objetivo, ou seja, a desmobilização dos trabalhadores.

O dia 21 de julho de 1983, uma quinta-feira, parecia um domingo na cidade de São Paulo. As principais avenidas e ruas estavam vazias, sem movimento. Os trabalhadores permaneceram em casa e conseguiram, unidos, mostrar seu repúdio à política econômica governamental. Foi uma greve pacífica, mas ainda assim ocorreram prisões de lideranças sindicais.

Durante o ano de 1983, ocorreram 293 greves em todo o país e São Paulo foi responsável pelo maior número de paralisações - 178 greves - correspondendo a 60,7% do total do movimento grevista.

O maior número de greves ocorreu no setor industrial (79,8%), envolvendo os metalúrgicos (65,7%) da região da Grande São Paulo. Os químicos seguiram os metalúrgicos em número de trabalhadores paralisados.

No setor de serviços, a frequência das greves também foi alta, principalmente no ramo de transportes e comunicações.

A maioria destes movimentos ocorreu no interior das fábricas em confronto direto dos trabalhadores contra o patronato.

A principal reivindicação destas paralisações foi a regularização dos pagamentos atrasados, seguida pela luta por aumentos salariais, pela elevação dos pisos de vencimentos das categorias e pelo índice de 100% do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - contra o estabelecido pelo Decreto-Lei 2.045. Este Decreto impunha o

limite de 80% do INPC para os reajustes salariais produzindo, portanto, "arrocho" dos vencimentos. Esta medida governamental foi decorrente do agravamento das dificuldades econômicas que atingiram o país e das exigências do FMI.

Os trabalhadores lutaram também pela estabilidade, contra as ameaças de demissões, pela readmissão de companheiros. E, quando não havia como resistir às dispensas, por indenizações e direito à assistência médica durante certo período (após a demissão). Estas reivindicações refletiram o quadro de desemprego que ainda perdurava no país e que provocou, como forma de redução de gastos das empresas, as dispensas de trabalhadores que eram recontratados por salários mais baixos.

Outra importante reivindicação presente nos movimentos foi a constituição de comissões de empresas, intensificando a luta por esta forma de organização que vem se acentuando nos últimos anos.

Principais greves de 1983						
Local	Categorias	Data	Reivindicações	Nº de grevistas	Duração	Resultados
São Paulo, Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema e Mauá	Vigilantes e bancários	Março	Elevação do piso salarial e pagamento de 30% de adicional de periculosidade.	30.000	12 dias	-
Nacional	Funcionários públicos federais (adesão dos setores de saúde e educação)	Mai/Junho	70% de aumento sobre o salário de maio, 13º salário, reajuste semestral, adicional de insalubridade, jornada de 6h/diárias, direito de sindicalização e equiparação	240.000	38 dias	Não conseguiram o atendimento das reivindicações.

			nacional de todos os servidores civis.			
São Paulo e Bahia (interstadual)	Petroleiros (Paulínia - SP e Mataripê - BA)	Julho	Contra o Decreto-Lei 2.036 que retirava conquistas importantes dos trabalhadores em empresas estatais.	4.100	5 dias	Não obteve atendimento das reivindicações; terminando com demissões e intervenções aos sindicatos de Campinas e Bahia.
ABC/Estado de São Paulo	Metalúrgicos, químicos, vidreiros e motoristas de ônibus	Julho	Em solidariedade aos petroleiros de Paulínia e Mataripê.	100.000	-	Intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.
Nacional	Geral	Julho	Contra a política econômica do governo e o expurgo dos salários; pela estabilidade no emprego; congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e pelo fim das intervenções nas entidades sindicais.	3.000.000 (2 milhões no Estado de São Paulo)	1 dia (21/07)	Intervenção ao Sindicato dos Bancários e Metroviários em São Paulo.
São			Combate ao	55.000	9	Obtivera

Bernardo e Diadema	Metalúrgicos das montadoras de veículos	Novembro	Decreto-Lei nº 2.065 e luta por 100% do INPC para todas as faixas salariais.		dias	m reajuste salarial e abono de emergência não descontável no reajuste seguinte.
--------------------	---	----------	--	--	------	---

O ano de 1983 apresentou, portanto, grandes dificuldades para a classe operária, que pressionou suas lideranças em busca de soluções para os problemas mais graves.

O movimento sindical preparava a realização da II Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - II CONCLAT - e encaminhava as providências para a formação da central nacional - a CUT - às vésperas do encontro aprofundaram-se as divergências e ocorreu a cisão entre as lideranças sindicais. O resultado foi a realização de dois congressos nacionais de trabalhadores em 1983. Um grupo de sindicalistas - na maioria ligados ao PT - manteve o calendário previsto e realizou, nos dias 26, 27 e 28 de agosto, em São Bernardo do Campo (SP), o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora que fundou a CUT - Central Única Sindical - outro grupo de dirigentes, tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, adiou o encontro nacional para o mês de Novembro. O I CONCLAT - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - aconteceu na Praia Grande (SP) nos dias 4, 5 e 6 de novembro.

Em 1984, o movimento sindical engajou-se na luta pelas eleições diretas para a presidência da República. Os partidos políticos, com exceção do PDS, formaram uma frente que convocou manifestações e comícios na campanha das "Diretas-Já". O povo tomou as praças das principais cidades brasileiras. Todavia, a "Emenda das Diretas" não foi aprovada no Congresso Nacional.

Paulo Maluf foi o candidato oficial à presidência e, devido à forte oposição à sua candidatura nos meios governamentais, abriu-se a perspectiva de um acordo político. O PMDB articulou o apoio do Colégio Eleitoral à chapa Tancredo Neves-José Sarney, formando, para encaminhá-la, a Aliança Democrática. Tancredo e Sarney foram eleitos pelo Colégio Eleitoral. A doença e morte de Tancredo Neves

levaram à Presidência José Sarney. Iniciou-se, assim, a Nova República.

Durante o ano de 1984 ocorreram 423 greves no país, 70% a mais do que havia acontecido no ano anterior. As greves de 1984 alcançaram, aproximadamente, 820.500 trabalhadores. O estado de São Paulo concentrou o maior número de paralisações (72,3% do total do país).

A maior concentração de greves foi no setor industrial (238 dos 306 movimentos ocorridos no estado de São Paulo), sendo que a categoria metalúrgica liderou o total de paralisações. Os químicos seguiram os metalúrgicos e, em terceiro lugar, ficaram os trabalhadores no setor de transportes.

O maior número de greves foi em estabelecimentos, seguidas pelas deflagrações por categoria. Os trabalhadores rurais paralisaram suas atividades em inúmeras greves, elevando o índice de grevistas no interior do estado.

As principais reivindicações dos movimentos grevistas ocorridos no estado de São Paulo, durante o ano de 1984, foram:

- ✓ Aumentos salariais, empreendendo-se lutas pela aplicação de 100% do INPC para todas as faixas salariais e também pela elevação do piso das categorias - corresponderam a 54,4% do total dos movimentos;
- ✓ Defesa do emprego, contra ameaças de demissão, em protesto por adoção de política de demissões por grandes empresas e por indenizações aos demitidos - 38,4% dos movimentos;
- ✓ Os reajustes trimestrais (a trimestralidade): a aceleração do processo inflacionário em 1984 desencadeou os movimentos pela obtenção dos reajustes trimestrais que, em algumas categorias, foram alcançados - atingiu 31,6% do total dos movimentos grevistas.

O que ocorreu no estado de São Paulo repetiu-se, como tendência, em todo o país. Foram inúmeras as greves por aumentos salariais, contra a aplicação do Decreto-Lei 2.045, pela garantia do emprego e pela trimestralidade.

Principais greves de 1984						
Local	Categoria	Data	Reivindicações	Nº de grevistas	Duração	Resultados
Interior	Metalúrgicos (greve	Abril	Reajustes salariais acima do	70.000	-	Reajustes que superaram

	por empresa), setor automobilístico		previsto no Dec. Lei 2.065. Antecipações salariais trimestrais			os previstos no Dec. Lei 2.065 e reajustes trimestrais (a trimestralidade)
Estado de São Paulo	Professores do ensino oficial de 1º e 2º graus	Abril	Reajuste salarial, incorporação de 5 referências e reformulação do Estatuto do Magistério	180.000	-	Obtenção de 5 referências pelo Magistério - 276% de aumento. Contagem de tempo de serviço em dias corridos para aposentadoria.
Guariba (SP) e regiões vizinhas, Minas Gerais e Goiás	Boias-frias	Maior	Aumentos salariais, diminuição de "ruas de trabalho", fornecimento de equipamento de trabalho e aplicação da legislação trabalhista	37.000 (30.000 no estado de São Paulo)	-	Foi assinado o acordo de Guariba - extensivo aos cortadores de cana do estado de São Paulo. Aumento do preço do corte de cana, volta das 5 "ruas" por trabalhador, recibo de pagamento mensal

						com o valor do salário, fornecimento de equipamento de trabalho, salário de 30 dias por doença
Nacional	Bancários	Dezembro	Contra decisões do Conselho Nacional de Política Salarial que negava reajustes de 100% do INPC e cortava benefícios da categoria	21.000	1 dia	Reajuste salarial de 100% do INPC. Governo marcou data para eleição no Sindicato dos Bancários de São Paulo, que estava sob intervenção

Em 1984 ocorreu o 1º Congresso Nacional convocado pela Central Única dos Trabalhadores - CUT. Realizado em São Bernardo do Campo (SP), nos dias 26, 27 e 28 de agosto, o encontro aprovou a "Plataforma de Lutas" que estabeleceu posicionamentos importantes sobre a questão da soberania e realidade nacional, a situação do movimento sindical e as condições de trabalho e de vida do povo brasileiro. As decisões aprovadas no I Congresso da CUT orientaram a prática dos sindicalistas e militantes vinculados a esta linha nos anos seguintes.

Em 1985, houve uma verdadeira "explosão" do movimento grevista. O setor industrial continuou sendo o de maior incidência de paralisações embora os bancários, os funcionários públicos e os caminhoneiros também tenham realizado movimentos expressivos, atingindo grande número de trabalhadores. Ocorreram 667 greves em

todo o país, sendo que 298 delas, no estado de São Paulo, atingiram cerca de 2 milhões de trabalhadores.

Aumentou o número de greves por categorias, algumas delas, como a dos bancários, atingiram todo o país. A campanha salarial unificada de 1985, em São Paulo, envolveu 27 categorias e aproximadamente 1 milhão de trabalhadores. Cinco destas categorias - metalúrgicos, químicos, plásticos, gráficos e marceneiros - que têm a data de 1º de novembro para renovação do acordo coletivo de trabalho, chegaram a paralisar suas atividades nos dias 5 e 6 de novembro.

As reivindicações mais importantes nas greves de 1985 foram o reajuste de 100% do INPC para todas as faixas salariais, a trimestralidade e a redução da jornada de trabalho (44 horas para os metalúrgicos de São Paulo).

A campanha salarial unificada de 1985, em São Paulo, e a greve nacional dos bancários significaram um avanço para o movimento sindical, que através da "unidade na luta" superou as divergências existentes entre as duas centrais.

O movimento sindical continuou sofrendo pressões do governo, dos patrões. Até mesmo a Justiça Comum foi acionada na greve dos metalúrgicos da General Motors, em São José dos Campos. A decretação da ilegalidade das greves pelo Tribunal Regional do Trabalho também é uma medida de coerção, que justifica o emprego da força policial contra os trabalhadores. Este expediente foi utilizado inúmeras vezes no ano de 1985. Apesar das intimidações, do policiamento ostensivo, dos confrontos e prisões dos grevistas no campo e na cidade, o movimento operário obteve vitórias significativas no decorrer de 1985 (por exemplo, a redução da jornada e aumentos salariais reais obtidos pelos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos).

Movimento Grevista Brasileiro em 1985					
Categoria	Estados atingidos	Nº de grevistas	Nº de movimentos grevistas	Dias para dos	Principais Reivindicações
Metalúrgicos	SP, RJ, MG, PE, PR, RS, AM, BA, SC	1.491.764	95	327	Aumento real; redução da jornada de trabalho; estabilidade; trimestralidade
Químicos	SP, BA, SE	130.565	32	87	Aumento real; estabilidade; redução da jornada/adicional

					insalubridade
Plásticos	SP, MG, SC	49.080	6	11	Aumento real; redução da jornada de trabalho
Têxteis	SP, BA, PE	11.938	18	61	Redução da jornada de trabalho; trimestralidade; estabilidade/aumento real
Confecções	SP, GO	1.250	2	2	Reajuste salarial; estabilidade
Construção e mobiliário	SP, MG, AM	6.758	8	29	Reajuste salarial; estabilidade
Gráficos	PS, PE, SP	1.460	5	15	Piso salarial; trimestralidade; redução da jornada/cumprimento acordo
Marceneiros	SP, MG	45.740	7	39	Antecipação da data-base; reposição salarial; redução da jornada
Calçadistas	RS, SP	23.680	4	12	INPC integral; aumento real; atraso de pagamento
Papel e celulose	ES, SP	150	2	6	Aumento salarial; trimestralidade; redução da jornada.
Mineiros	MG, RS, BA	3.900	4	37	110 INPC; produtividade; reposição salarial/melhores condições de trabalho.
Borracheiros	SP	6.035	3	12	Aumento real; estabilidade; comissão de fábrica.
Usineiros	PB, SP	342	1	2	Cumprimento dissídio coletivo; piso salarial; trimestralidade.
Moageiros	SP	1.800	1	4	110 INPC; reposição salarial; aumento real.
Moveleiros	SP	5.500	1	5	Piso salarial/produtividade
Alimentação	SP	11.680	9	40	Aumento salarial; reposição salarial; estabilidade; trimestralidade
Padeiros	SP	72.000	1	1	Aumento real; trimestralidade;

					redução da jornada de trabalho.
Bebidas	SP, DF	-	2	7	Incorporação da antecipação salarial; 100 INPC; produtividade.
Coureiros	SP	-	-	-	Trimestralidade; reajuste salarial; 100 INPC
Vidreiros	SP	-	-	-	-
Ceramistas	SP	-	-	-	-
Abrasivos	SP	850	-	-	-
Construção civil	PE, PA	119.195	20	65	Antecipação salarial; reposição salarial; produtividade; reajuste salarial.
Professores e Servidores Ensino	DF, PI, SC, RJ, SP, BA, MS, CE, PR, MG, ES, PB	822.425	45	216	Reposição salarial; reestruturação cargos e salários; reajuste salarial; trimestralidade.
Serviços da Saúde	DF, SP, RJ, MG, PR, MS, BA, PA, SC	446.529	50	323	Reposição salarial; reajuste salarial; equiparação salarial.
Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Curadores	DF, Territórios	120	1	17	Equiparação salarial.
Magistrados, Juizes, Desembargadores	PE, GO, MA	200	3	4	Reivindicações salariais; gratificação; equiparação salarial.
Política (Agentes e Delegados)	PR, MA, ES, GO	8.412	6	51	Aumento salarial; equiparação salarial; melhores condições de trabalho.
Garis	SP, BA	11.300	3	8	Reajuste salarial, mudança da data-base; pagamento do 13º salário
Outros (Municipais, Estaduais e Federais)	SP, RJ, SC, GO, PE, MG, DF, ES, CE	400.285	48	166	Reposição salarial; trimestralidade; reajuste salarial; antecipação salarial.

Funcionários do Correio	Nac, SP, RJ, PR, BA	59.350	12	25	Aumento real; estabilidade; equiparação.
Urbanitários	SP, SC, RJ, PR, GO	21.900	8	23	Reposição salarial; antecipação salarial; reajuste salarial; gratificação insalubridade.
Eletricitários	SP, RJ, SC	55.600	8	13	Reposição salarial; produtividade; trimestralidade.
Telefônicos	NAC, SP	18.000	2	7	Abono; trimestralidade.
Outros	SP, RJ, DF, NAC, GO, ES	21.341	14	38	Abono; equiparação; reposição salarial; trimestralidade.
Motoristas, Cobradores e Rodoviários	PR, RJ, SP, DF, RS, BA, MG, PE, AL, CE, ES, GO	155.090	53	86	Elevação do piso; aumento salarial; equiparação salarial.
Metroviário	MG, SP, RJ	9.400	4	14	Redução da jornada; equiparação salarial; 100 INPC
Ferrovieiros	SP, MS	19.600	2	2	Redução da jornada; trimestralidade; reposição salarial.
Aeronautas	RJ, SP, AM	11.172	3	17	Trimestralidade; reposição salarial; protesto contra demissões.
Aeroviários	SP, RJ	12.600	3	5	100 INPC; trimestralidade; reposição salarial.
Gaioleiros	GO	176	1	3	Reajuste salarial.
Taxistas	PR, SP	650	3	12	Reconhecimento vínculo empregatício; reajuste nas tarifas; piso salarial
Transportadores; Caminhoneiros; Carreteiros e Entregadores	RJ, GO, SP	318.573	29	82	Cumprimento tabela da FENCAVIR; isenção de impostos; reajuste salarial.
Portuários	NAC	30.000	1	1h	Reposição salarial; melhores condições de

					trabalho.
Professores e Servidores de Ensino	PE, RJ, GO, SP, RS, BA, SC, DF, MG	111.127	35	127	Reajuste salarial; reposição salarial; trimestralidade/atraso de pagamento
Servidores da saúde	SP, MG, SC, DF, RJ	10.222	17	97	Aumento salarial, equiparação médicos do INAMPS; trimestralidade.
Asseio e Conservação	SP	492	3	6	Redução da jornada; equiparação salarial; trimestralidade.
Mergulhadores e Marítimos	RN, SE, RJ, DF	7.400	5	46	Reposição salarial; aumento salarial; piso salarial
Vigilantes e Guardas	GO, DF, SP, PR, PE, RJ	125.829	15	90	Aumento salarial; redução da jornada; piso/trimestralidade/estabilidade; auxílio periculosidade.
Frentistas	SP	28.000	2	2	Trimestralidade; revogação da Resolução 1.185 (abertura dos postos à noite); redução da jornada.
Bancários	NAC, SP, DF, PR	705.600	8	15	Reposição salarial; piso/trimestralidade/inc. adiantamento/plano carreira.
Securitários	PE, DF, ES, SP	1.050	4	11	Reposição salarial; trimestralidade; produtividade; 100 INPC.
Corretores	RJ	400	1	1	Reposição Salarial; 100 INPC; trimestralidade.
Economiários	NAC	40.000	1	1	Reconhecimento como bancário; direito sindical; reposição salarial; redução da jornada.
Comerciários	RS, DF, RJ, MG, SP	51.960	14	26	100 INPC; redução jornada; reposição salarial.
Empacotadores	SP	30	1	1	Protesto contra suspensão de 20 trabalhadores.
Trabalhadores Com. Der. de	SP	6.200	2	6	Trimestralidade; redução jornada; reposição salarial.

Petróleo					
Madeireiros	AM	200	1	7	Equiparação salarial; estabilidade; 100 horas extras.
Jornalistas	AL, CE, DF	1.100	3	6	Pagamento salários atrasados; piso salarial; reposição salarial.
Jornaleiros	NAC	-	1	10	Ampliação p/ 30 margem lucro de revistas.
Pesquisadores	SP	76	1	6	Estabilidade.
Instrutores de Autoescola	DF	-	1	2	Piso salarial; aumento salarial.
Auxiliares aduaneiros	SP	140	1	5	Auxílio periculosidade; melhores condições de trabalho.
Trabalhadores Rurais	MG, MT, SP, PR, RJ, PA	331.542	60	69	Piso salarial; aumento diária/caixa/saca/metro; direitos trabalhistas
(-) Não foi possível obter maiores informações na imprensa e nos sindicatos.					

Extraído do Boletim Sindical do CIDAS, ano III, nº15, janeiro/fevereiro, 1986, págs. 20 a 26.

O ano de 1986 foi marcado pelas modificações econômicas introduzidas pelo governo em 28 de fevereiro. O Decreto-Lei 2.283 de 28/02/86 instituiu o "Plano Cruzado", extinguindo o cruzeiro - como moeda nacional - e estabelecendo o cruzado. O Plano congelou os salários, tentou congelar os preços e tarifas por um ano (não obteve sucesso), introduziu modificações na forma de negociação e correção dos salários, a escala móvel e criou o seguro desemprego.

O Plano Cruzado foi apresentado pelo governo como a grande solução para a estabilização da economia. A população foi convocada para uma verdadeira "cruzada" com o objetivo de garantir sua implantação.

O movimento sindical assumiu posição crítica ao Plano Cruzado, que representava um arrocho dos salários.

Os salários foram congelados pela média dos últimos seis meses (imediatamente anteriores) ao Plano Cruzado, mas os preços dos produtos foram congelados pelo pico - preços que apresentavam no dia 28 de fevereiro de 1986. Deteriorou-se, de imediato, o poder de compra dos salários.

O empresariado não arcou com os custos do Plano Cruzado. As empresas adotaram política de redução de quadro de funcionários, ocasionando dispensas em massa e rotatividade de mão-de-obra.

A tentativa de congelamento de preços levou ao boicote de produtores, de intermediários e de comerciantes. A população não tinha o que comprar - faltava tudo. O empresariado promoveu "lockouts" (greves patronais) desestabilizando a economia, a política governamental e tumultuando o país.

Os trabalhadores, em suas campanhas salariais, procuraram reduzir perdas e obter aumentos reais de salários, mas, principalmente, assegurar o emprego.

O movimento operário respondeu às pressões adotando novas formas de luta como a operação cambalacho, as greves-pipoca e as greves de advertência.

No primeiro semestre de 1986 predominaram os movimentos no interior dos estabelecimentos, mas, no segundo semestre, repetiu-se a tendência dos anos anteriores. Foram frequentes as greves de categorias envolvendo grande número de trabalhadores, ocorrendo também movimentos simultâneos atingindo categorias diferentes em atos públicos e passeatas (bancários, previdenciários, professores estaduais em São Paulo). A greve geral de 12 de dezembro de 1986 atingiu 25 milhões de trabalhadores - 50% da população economicamente ativa - demonstrando o avanço obtido pelo movimento operário. Convocada pelas centrais sindicais - CUT e CGT - e USI e nove Confederações, os trabalhadores manifestaram-se PELA REVOGAÇÃO DO PACOTE ECONÔMICO, DEFESA DOS SALÁRIOS, REAL CONGELAMENTO DOS PREÇOS E NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA.

Balanco do Movimento Grevista em 1986 por Categoria			
Categoria	Nº de grevistas	Nº de movimentos grevistas	% Em relação total mvto. no país
Trabalhadores na Indústria			
Metalúrgicos	804.744	441	33,18
Químicos	59.255	51	3,83
Plásticos	7.940	14	1,05
Têxteis	39.337	14	1,96
Marceneiros	52.760	8	0,60
Madeireiros	4.320	3	0,22
Calçadistas	78.600	9	0,67
Vestuários	12.100	4	0,30
Papel e Celulose	3.041	6	0,45
Borracheiros	26.844	16	1,20
Alimentação	75.498	48	3,66

Vidreiros	21.290	8	0,60
Ceramistas	20.250	4	0,30
Relojoeiros	430	2	0,15
Tabagistas	3.500	4	0,30
Coureiros	2.450	3	0,22
Cimento	970	2	0,15
Gráficos	260	2	0,15
Abrasivos	*	1	0,07
Petroleiros	111.500	6	0,45
Servidores em Empresas Públicas e Privadas			
Professores	2.609.962	74	5,56
Oficiais de Justiça	3.000	1	0,07
Setor Saúde: Médicos e Servidores enferm., etc	875.328	56	4,26
Juízes	*	3	0,22
Asseio e Conservação	36.545	22	1,65
Urbanitários	72.131	17	1,27
Processamento Dados	38.887	14	1,05
Eletricitários	44.590	19	1,42
Telefônicos	61.900	12	0,90
Servidores DETRAN	2.300	1	0,07
Funcionários Públicos Estaduais e Municipais	67.650	24	1,85
Funcionário Zoológico	1.010	2	0,15
Polícia	7.450	4	0,35
Carteiros	15.700	8	0,60
Saneamento Básico	26.832	4	0,30
Funcionários BNH	750	2	0,15
Outros	386.921	37	2,78
Trabalhadores no Setor de Transportes Público e Privado			
Motoristas/Cobreadores	294.613	86	6,47
Metroviários	21.830	14	1,05
Ferrovários	142.800	9	0,67
Aeroviários	8.670	3	0,22

Taxistas	11.900	6	0,45
Caminhoneiros	16.309	16	1,20
Marítimos/Tarifários	119.246	12	0,90
Portuários	3.100	4	0,07
Fluviários	700	1	0,07
Funcionários ConcRJ	1.300	1	0,07
Motoristas/Empresários	*	1	0,07
Aeronautas	914	2	0,15
Estivadores	23.358	3	0,22
Guindasteiros	360	1	0,07
Outros			
Gasistas	3.800	2	0,15
Mergulhadores	1.300	2	0,15
Frentistas	48.100	3	0,22
Construção Civil	214.176	71	5,34
Bancários/Economiários	997.606	44	3,36
Mineiros	38.732	17	1,27
Vigilantes	52.011	11	0,82
Comerciários	6.220	12	0,90
Jornalistas	350	4	0,30
Radialistas	3.000	3	0,22
Assistentes Sociais	87	2	0,15
Func. do SESI/SENAC	645	2	0,15
Securitários	35.360	8	0,60
Hoteleiros	1.850	3	0,22
Publicitários	120	1	0,07
Porteiros	7.000	1	0.07

Trabalhadores Rurais			
Diversos	578.182	26	1,95
TOTAIS **	8.210.182	1.329	100%
* Não foi possível obter dados complementares.			
** Não está computada a greve geral do dia 12/12/1986.			

Nº de Movimentos Grevistas por Estado - 1986		
Estado	Nº de movimentos	%
São Paulo	648	48,76
Rio de Janeiro	152	11,44
Minas Gerais	129	9,71
Rio Grande do Sul	68	5,12
Pernambuco	47	3,54
Santa Catarina	47	3,54
Distrito Federal	40	3,01
Bahia	37	2,79
Paraná	32	2,41
Espírito Santo	25	1,89
Goiás	24	1,81
Ceará	12	0,91
Sergipe	9	0,67
Amazonas	8	0,60
Mato Grosso	5	0,37
Alagoas	4	0,30
Maranhão	3	0,22
Paraíba	3	0,22
Pará	3	0,22
Rio Grande do Norte	3	0,22
Piauí	2	0,15
Acre	1	0,07
Rondônia	1	0,07
Mato Grosso do Sul	1	0,07
Mov. âmbito Nacional	25	1,89
TOTAL *	1.329	100%
*Não está computada a greve geral de 12/12/1986		
*Todos estes dados foram calculados sobre o nº de greves que chegaram ao conhecimento dos sindicatos.		

Movimento Grevista (por Setor de Atividade Econômica) do Ano de 1986			
Categoria	Nº de Grevistas	Nº de movimentos grevistas	%

Indústria	1.328.889	660	49,67
Servidores públicos e privados	5.250.956	300	22,58
Transportes	645.300	159	11,96
Rurais	578.480	26	1,95
Outros	1.406.557	184	13,84
TOTAIS	8.210.182	1.320	100%

Em 1987, segundo dados do Ministério do Trabalho e do SNI (Serviço Nacional de Informações) ocorreram cerca de 2.000 greves no país. O DIEESE computou 1.343 paralisações. O fato é que se repetiu a tendência de crescimento dos movimentos grevistas nos últimos anos.

Aproximadamente 11 milhões de brasileiros lutaram pela conquista ou manutenção de seus direitos trabalhistas. A principal reivindicação dos trabalhadores foi a reposição salarial provocada pela política econômica do governo. Muitos empresários, diante da queda elevada no consumo no país, mostraram-se menos intransigentes em negociações com os trabalhadores (2º semestre do ano).

As perdas salariais, a inflação que atingiu níveis alarmantes, o pacote econômico de junho de 1987 que extinguiu o "gatilho salarial" e o congelamento dos salários por baixo provocaram o arrocho salarial mais expressivo da história do Brasil.

Os trabalhadores, diante do quadro alarmante, partiram para iniciativas mais organizadas e que englobavam maior número de participantes. A mobilização grevista atingiu categorias que ainda não haviam se incorporado aos movimentos e irradiou-se dos grandes centros econômicos do país para outros estados (Pernambuco, Bahia, Ceará, Pará, Amazonas, Espírito Santo, etc.). A maior incidência de movimentos grevistas ocorreu no estado de São Paulo (26,65%), seguido pelo Rio de Janeiro (13,73%) e pela Bahia (9,4%).

A estabilidade no emprego foi outra reivindicação importante dos trabalhadores que procuraram deter o processo de dispensas massivas das grandes empresas (principalmente multinacionais) bem como a dispensa das lideranças das categorias que atuavam intensamente.

Cresceram as greves por categorias a nível regional e nacional (5% do total). As campanhas unificadas, principalmente a do funcionalismo público, mobilizaram grandes contingentes de trabalhadores pelo pagamento dos gatilhos salariais, reposição de perdas e aumentos reais de salários. Os funcionários públicos derrubaram, com suas campanhas, as proibições legais de greves no

setor. Foram responsáveis por cerca de 50% do total de grevistas do país e de 40% do total de greves.⁸

As centrais sindicais - CUT e CGT - organizaram, em 1987, uma greve geral contra a política econômica governamental, em defesa do emprego e dos salários. Todavia, as divergências e desencontros ocorridos entre as lideranças durante a preparação do movimento e o medo generalizado da perda de emprego resultaram em fraca mobilização no dia marcado, 20 de agosto.

O movimento grevista contou, de maneira geral, com o apoio da população às categorias em greve. A nível governamental, entretanto, a polícia foi acionada, intensificando-se a repressão aos grevistas.

A aceleração do processo inflacionário nos últimos anos vem atingindo duramente a classe trabalhadora. Os reajustes salariais com base na URP (Unidade de Referência de Preços) não conseguem "ganhar" da inflação. O poder de compra dos salários diminui a cada dia. Cresce, portanto, a tendência de aumento das mobilizações grevistas.

A seguir reproduziremos quadros demonstrativos do movimento grevista, em 1987, por estados e por setor de atividades econômicas

Movimentos Grevistas por Estado em 1987*		
Estado	Nº de Movimentos Grevistas	%
São Paulo	359	26,65
Rio de Janeiro	185	13,73
Bahia	127	9,40
Paraná	74	5,49
Pernambuco	73	5,41
Minas Gerais	61	4,52
Distrito Federal	57	4,23
Santa Catarina	49	3,63
Rio Grande do Sul	46	3,41
Ceará	40	2,96
Espírito Santo	28	2,07
Alagoas	26	1,93
Paraíba	25	1,85
Goiás	20	1,48
Pará	20	1,48
Amazonas	19	1,41
Sergipe	17	1,26
Rio Grande do Norte	10	0,74

⁸ Boletim CIDAS nº26, jan/fev 1988

Mato Grosso do Sul	8	0,59
Piauí	8	0,59
Rondônia	8	0,59
Maranhão	6	0,44
Acre	5	0,37
Mato Grosso	5	0,37
Amapá	2	0,14
Roraima	1	0,07
Movimentos Regionais	10	0,74
Movimentos Nacionais	60	4,45
TOTAL	1.347	100%
*Extraído do Boletim Sindical CIDAS, nº 26, jan./fev. 1988		

Movimento Grevista por Setor de Atividade Econômica em 1987*			
Setor	Nº de Grevistas	Nº de Movimentos	%
Trabalhadores na Indústria			
Indústria de Transformação	654.993	305	22,65
Indústria Extrativa	68.970	22	1,64
Indústria da Construção Civil	361.475	51	3,79
Trabalhadores em Serviços Públicos e Privados			
Transportes	1.081.286	157	11,66
Indústrias Urbanas	486.229	131	9,73
Educação	2.837.677	161	11,95
Saúde	605.509	121	8,98
Adm. e Serviços Públicos	2.430.457	220	16,33
Comunicação	175.021	29	2,15
Setor Financeiro	1.267.896	59	4,38
Outros Serviços	169.844	60	4,45
Trabalhadores na Agropecuária			
Trabalhadores Rurais	582.900	11	0,84
Hortigranjeiros	2.000	1	0,07

TOTAL	10.820.602	1.347	100%
*Extraído do Boletim Sindical CIDAS, n° 26, jan./fev. 1988			

IV - A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

No ano de 1977, uma delegação de 205 dirigentes sindicais paulistas dirigiu-se a Brasília para reivindicar o legítimo direito da classe operária de organizar congressos a nível nacional. Este fato, ainda que não tenha produzido efeitos imediatos, marcou o início das articulações da 1ª CONCLAT.

Embora alguns sindicalistas procurassem marcar o encontro para 1978, não havia condições efetivas para a sua realização. A data foi sendo sucessivamente adiada.

O reativamento do movimento grevista no país colocou novos desafios para as lideranças que procuravam formas adequadas de posicionamento e encaminhamento das lutas. Começaram a transparecer divergências na condução do movimento que se refletiram, em pouco tempo, a nível das lideranças.

O avanço das lutas operárias a partir de 1978 incentivou os trabalhadores militantes em oposições sindicais a organizarem, no início de 1980, em São Paulo, o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS). Duas correntes dividiram o Encontro: uma excluía participação de qualquer dirigente sindical e a outra defendia a participação de dirigentes considerados representativos (os que haviam se destacado no Congresso da CNTI/1979). Prevaleceu a corrente que admitia a incorporação dos dirigentes sindicais ao movimento. A partir daí, foram organizados os Encontros Nacionais de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). Ocorreram mais quatro encontros em: Nova Iguaçu/RJ (1980), João Monlevade/MG (1980), São Bernardo do Campo/SP (na realidade, em Taboão da Serra) (1980) e em Vitória/ES (1981).

Diante do quadro preparatório para a I CONCLAT, o ENTOES decidiu, prioritariamente, que os movimentos de oposição deveriam se integrar aos esforços de convocação e realização da CONCLAT-81.

Com o objetivo de intensificar a preparação da CONCLAT-81, 183 entidades sindicais de 13 estados reuniram-se, no Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, para eleger uma Comissão Executiva Nacional.

Composta por 29 membros, a Comissão Executiva Nacional eleita reuniu-se seis vezes de março a agosto de 1981. Ao final dos

trabalhos, foi indicada uma Comissão Executiva composta de sete entidades que se subdividiu em: finanças (Arnaldo Gonçalves e Luís Inácio da Silva), organização (Raimundo Rosa de Lima e Joaquim dos Santos Andrade), secretaria e divulgação (Hugo Perez, Crispim da Cruz e Édson B. dos Campos). A Comissão Executiva emitiu um boletim informativo e orientou os sindicatos na realização dos Encontros Estaduais - ENCLATs - preparatórios à I CONCLAT.

Os ENCLATs realizados foram os seguintes:

- ALAGOAS - 1º a 3 de maio, em Maceió, com a participação de 20 entidades.
- GOIÁS - 9 e 10 de maio, em Goiânia, com 19 entidades sindicais rurais, 41 sindicatos urbanos, 14 associações profissionais e 3 movimentos de trabalhadores, num total de 192 trabalhadores.
- SANTA CATARINA - 10 a 12 de julho, em Joinville, com 90 entidades sindicais e 400 trabalhadores.
- PARÁ - 17 a 19 de julho, em Belém, com 18 entidades sindicais e pré-sindicais, num total de 104 delegados.
- PERNAMBUCO - 18 e 19 de julho, Olinda, com 55 entidades sindicais e 165 delegados.
- MARANHÃO - 18 e 19 de julho, em São Luís, com 16 entidades sindicais e pré-sindicais e 111 participantes.
- RIO GRANDE DO SUL - de 19 a 21 de julho, em Porto Alegre, com 174 entidades e 603 delegados.
- BAHIA - 25 e 26 de julho, em Salvador, com 31 entidades sindicais e 250 delegados.
- RIO DE JANEIRO - 25 e 26 de julho, com 67 entidades presentes.
- PARANÁ - 25 e 26 de julho, com 6 Federações, 67 sindicatos urbanos, 61 sindicatos rurais e 17 associações profissionais, com 404 participantes.
- MATO GROSSO DO SUL - 26 de julho, em Campo Grande, com 27 entidades sindicais.
- MINAS GERAIS - 1 e 2 de agosto, em Belo Horizonte, com 113 entidades e 430 delegados.
- SÃO PAULO - 31 de julho a 2 de agosto, em São Paulo, com 4 Federações, 55 sindicatos urbanos, 1 sindicato rural e 28 associações profissionais, num total de 530 participantes.
- SERGIPE - 8 de agosto.

A 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT

Nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981 ocorreu na Praia Grande, no estado de São Paulo, a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. Reuniu 5.036 delegados de 1.091 entidades, representantes de 363 sindicatos rurais, 469 sindicatos urbanos, 32 associações de funcionários públicos, 179 associações de profissionais, 16 federações rurais, 27 federações urbanas e 5 confederações. As plenárias do encontro realizaram-se na Colônia de Férias do Sindicato dos Têxteis (ainda em construção) e os participantes dedicaram a Conferência a "todos os trabalhadores brasileiros que morreram na luta da nossa classe, como também àqueles que morreram no trabalho diário".

Durante o encontro, foram discutidos os principais problemas enfrentados, pelo país e pela classe trabalhadora. As resoluções finais da 1ª CONCLAT aprovaram, a nível nacional, a luta:

1. Por uma Assembleia Nacional Constituinte Livre e Soberana cuja convocação seja precedida das seguintes condições:
 - a. liberdade de manifestação, reunião, e organização para todos os setores da sociedade;
 - b. efetiva liberdade de expressão de todos os partidos e correntes políticas;
 - c. anistia ampla, geral e irrestrita, que extinga todas as punições políticas e sindicais;
 - d. livre e igual acesso aos meios de comunicação de massa, rádio, jornal e televisão, para todos os partidos políticos e entidades sindicais de trabalhadores da cidade e do campo;
 - e. fim de toda a legislação de exceção e arbítrio e desmantelamento de todos os organismos de repressão; e
 - f. que o governo que a convoque seja o resultado de expressão da luta dos trabalhadores da cidade e do campo.
2. Que seja provado um plano de salvação nacional que inclua:
 - a. congelamento da dívida externa;
 - b. nacionalização dos bancos e monopólios estrangeiros;
 - c. reforma agrária ampla, massiva e imediata;
 - d. revogação da Lei de Segurança Nacional, pela revogação das publicações impostas aos líderes sindicais e aos trabalhadores nela incursos;
 - e. a anistia ampla, total e irrestrita; pela liberdade de expressão, informação e reunião e de organização partidária;

- f. uma política de saúde e educação que atenda aos interesses dos trabalhadores. Pelo ensino público e gratuito em todos os níveis; e
- g. uma política no setor de tecnologia e informática que atenda aos interesses dos trabalhadores e não seja usada para ajudar a oprimir o povo.

“Proclamamos que não cabe aos trabalhadores gerir a crise que não foi causada por nós, e tampouco fazer um pacto social com os responsáveis pela crise - as multinacionais e o regime militar”.

Como reivindicações centrais específicas do movimento operário e sindical, a 1ª CONCLAT aprovou:

1. Contra o desemprego - Lutar por:
 - a. Estabilidade no emprego desde o primeiro dia de trabalho;
 - b. Salário desemprego, pago pelo governo;
 - c. Redução da jornada de trabalho sem redução do trabalho (jornada máxima de 40 horas semanais e escala móvel de horas de trabalho que assegure a manutenção e ampliação do quadro de funcionários); e
 - d. Aplicação de um plano de obras públicas que atenda às necessidades da população e absorva a mão-de-obra desempregada;
2. Contra a carestia - lutar por:
 - a. Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade;
 - b. Escala móvel de salários com reajustes salariais automáticos trimestrais, de acordo com o dieese;
 - c. Reforma agrária massiva, ampla e imediata com a participação direta dos trabalhadores, visando promover a melhor distribuição da terra e modificações estruturais no regime de posse, uso e propriedade. Garantia de preços justos para os produtos agrícolas;
 - d. Melhoria no atendimento médico e hospitalar sem qualquer taxa paga pelos trabalhadores além dos 8%, reajustes das aposentadorias e pensões de acordo com os reajustes da categoria do beneficiário e contra o pacote da previdência social; e
 - e. Salário mínimo real, nacional e unificado que garanta a subsistência do trabalhador e de sua família.
3. Liberdade e autonomia sindical:
 - a. Pelo fim das intervenções em todos os sindicatos de trabalhadores; e

b. Pela absolvição dos dirigentes sindicais condenados pela Lei de Segurança Nacional.

A realização da 1ª CONCLAT pretendeu, desde os momentos iniciais, encaminhar também a luta pela formação de uma Central Única dos Trabalhadores - CUT. Mas, durante o encontro, tornaram-se evidentes as divergências entre as lideranças. Ao final, ocorreu a divisão em três grupos: os que permaneceram na linha de atuação prevista pela CONCLAT, os que partiram para a formação da CUT (em 1983) e outros que se manifestaram independentes dos dois grupos.

De abril a agosto de 1983 o movimento sindical encaminhou os preparativos da CONCLAT-83. Foram realizados Encontros e Congressos Estaduais - ENCLATs e CECLATs - onde foram levantadas as primeiras reivindicações dos trabalhadores a nível estadual. Estas discussões preliminares foram encaminhadas unitariamente, mas, às vésperas do Congresso Nacional, intensificaram-se as divergências entre as tendências sindicais provocando o rompimento.

Obedecendo ao calendário da Secretaria de Organização do Congresso, ocorreu em 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo (SP), o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Compareceram 5.059 delegados do campo e da cidade, representando 912 entidades sindicais que reuniam, aproximadamente, 12 milhões de trabalhadores. Estiveram presentes à abertura dos trabalhos delegados de 25 Centrais Sindicais Internacionais.⁹

O Congresso salientou a importância da autonomia do movimento sindical, aprovou a formação da Central Única dos Trabalhadores - CUT - como instrumento para encaminhar as lutas dos trabalhadores e propôs a greve geral como forma efetiva para derrotar a política econômica do governo.

Aprovou ainda, como proposta de superação da crise vivida pelo país:

- ✓ O fim da política econômica do governo;
- ✓ O rompimento dos acordos com o fundo monetário internacional - FMI;
- ✓ A liberdade e autonomia sindical;
- ✓ A liberdade de organização política;
- ✓ A reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
- ✓ O não pagamento da dívida externa;
- ✓ O fim da Lei de Segurança Nacional - LSN;

⁹ "Imagens da luta: 1905/1985", coord. por Aluísio Mercadante Oliva, ed. pelo Sind. dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo e Diadema, em 1987.

- ✓ O fim do regime militar e por um governo controlado pelos trabalhadores; e
- ✓ Eleições diretas para presidente.
- ✓ Para o encaminhamento das lutas específicas da classe trabalhadora, aprovou:
- ✓ A luta contra o desemprego;
- ✓ A luta pela estabilidade no emprego;
- ✓ A redução da jornada de trabalho, sem redução de salário;
- ✓ A luta pela extinção da hora extra;
- ✓ A luta em defesa dos servidores públicos;
- ✓ A luta pelo direito à habitação;
- ✓ A luta em defesa das empresas estatais;
- ✓ A luta contra o aumento de 130% na prestação da casa própria;
- ✓ A luta pela reforma agrária;
- ✓ A luta pelas liberdades democráticas; e
- ✓ As formas de luta gerais e imediatas para organização da classe operária e encaminhamento de suas propostas de mudanças.¹⁰

O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT-83

Nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 1983 realizou-se, na Praia Grande (SP), o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT-83. Compareceram 1.256 entidades sindicais rurais e urbanas, representando aproximadamente 25 milhões de trabalhadores (14 milhões de rurais e 10 milhões de operários e empregados urbanos).

Como palavra de ordem, a CONCLAT-83 propunha: "Unidade: o Caminho da Vitória".

Ao final do Congresso foi lançada a "Carta de Praia Grande", divulgando as principais resoluções do encontro. Transcrevemos abaixo o programa de mobilização da classe trabalhadora integrante da Carta:

- ✓ Contra a estratégia adotada pelos países imperialistas e pelo sistema financeiro internacional, de jogar sobre as economias dos povos do Terceiro Mundo, e sobre o Brasil em particular, os prejuízos de sua própria crise, trazendo como consequência a paralisação e a destruição do nosso parque industrial, o

¹⁰ Jornal da CUT – setembro de 1983.

desemprego de vários milhões de trabalhadores e o achatamento do poder aquisitivo dos salários, e a mais completa desnacionalização de nossa economia e de nossas riquezas.

- ✓ Pela desdolarização da economia, dando prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, com a redução das taxas de juros e moratória da dívida interna, pondo fim à especulação financeira e permitindo a aplicação dos recursos públicos em setores vitais para a maioria da população, extinguindo, assim, a verdadeira fonte da inflação e desemprego.
- ✓ Pela estabilidade e garantia de emprego.
- ✓ Pelo direito de todos à habitação.
- ✓ Contra a alienação cultural dos meios de comunicação.
- ✓ Pela liberdade de expressão e o direito do povo de ser corretamente informado.
- ✓ Por medidas enérgicas no sentido da eliminação da desnutrição e mortalidade infantil.
- ✓ Contra a desenfreada corrida armamentista da atualidade, que consome somas astronômicas de recursos produtivos na fabricação e comercialização de material bélico, colocando em risco a paz mundial e a própria sobrevivência da humanidade. Por isso, repudiamos as ameaças e intervenção abertas às Nações e aos Povos que lutam pela liberdade e pela independência nacional e reafirmamos seu direito inalienável à autodeterminação.
- ✓ Pela soberania nacional.
- ✓ Pela moratória unilateral.
- ✓ Por uma Reforma Agrária ampla, massiva e imediata com a participação dos trabalhadores rurais, visando promover a melhor distribuição da terra e modificações estruturais no regime e sua posse, uso e propriedade, e Política Agrícola voltada para os interesses dos pequenos produtores, assegurando o abastecimento alimentar da população, contribuindo para a redução do custo de vida e para substancial criação de novos empregos.
- ✓ Pela garantia do direito de greve.
- ✓ Pela reforma tributária e fim da especulação financeira.
- ✓ Pela ampla liberdade de organização partidária.
- ✓ Por uma política de investimento das empresas estatais dirigidas para setores geradores de emprego.
- ✓ Pela liberdade e autonomia sindicais, com o fim imediato das intervenções em Sindicatos.

“Mas, para que tudo isso se torne realidade, será preciso lutar, lutar e lutar muito.

E cada um dos presentes em Praia Grande assume, desde logo, compromisso, permanente e decisivo, de dar cumprimento às seguintes deliberações adotadas neste CONCLAT:

- Participação e apoio em uma campanha nacional de sindicalização.
- Efetiva solidariedade do movimento sindical urbano ao movimento sindical de trabalhadores rurais na sua luta contra a violência no campo, concretizada através de denúncias nacionais e internacionais, presença em atos públicos e outras formas de luta.
- Estabelecimento, a partir desta data, de um estado de mobilização permanente, que constará de manifestações e outras atividades que acumulem forças e façam crescer a organização e mobilização dos trabalhadores, no sentido de novas jornadas de lutas, nas quais o movimento sindical utilizará a arma de greve geral, meta para a qual os trabalhadores devem estar preparados."

O CONCLAT determinou, ainda, "a convocação urgente" através da sua Coordenação Nacional eleita, "de todas as forças vivas da sociedade brasileira, entre personalidades e entidades representativas, para um encontro nacional pela democracia e em defesa da soberania nacional com a finalidade de discutir e aprovar uma alternativa democrática e popular ao atual regime, fazendo em torno desta proposição a unificação de toda a Nação, e efetivando a grande mobilização nacional em suas mais variadas formas de manifestação de protesto".

O 1º Congresso da Central Única dos Trabalhadores - CUT - 1984 ¹¹

A direção da Central Única dos Trabalhadores - CUT - reunida nos dias 14 e 15 de julho de 1984 lançou um documento preparatório ao seu 1º Congresso. O documento foi discutido nos encontros promovidos pelas CUTs Regionais, CUTs Estaduais, em assembleias, nos CECLATs (Congressos Estaduais) e serviu também como roteiro para discussão nas Comissões de Trabalho e Plenárias do 1º Congresso. Apareciam como pontos importantes deste documento: "as eleições de 1984, a Constituinte, a dívida externa e o posicionamento do governo diante do FMI, a política econômica

¹¹ Jornal da CUT - julho/1984

governamental, a questão salarial, o problema habitacional, a reforma agrária, a questão indígena, os pontos fundamentais para uma nova legislação trabalhista, a CUT e a estrutura sindical e a greve geral contra o Decreto-Lei 2.045. Previam-se também possíveis modificações nos Estatutos da CUT e a eleição de uma nova Direção Nacional”.

O 1º Congresso Nacional da CUT foi realizado nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 1984, em São Bernardo do Campo (SP). Compareceram 937 entidades sindicais nacionais, representadas por 5.222 delegados vindos de vários estados da Federação. Participaram, ao lado dos trabalhadores brasileiros, representantes de quinze entidades sindicais internacionais.

O Congresso saudou o movimento operário e sindical brasileiro em seu conjunto e na sua histórica luta pela emancipação, homenageando vinte sindicalistas e dirigentes de trabalhadores de diferentes momentos e correntes operárias. O Congresso da CUT aprovou como Plataforma de Luta dos Trabalhadores:

- ✓ Rompimento com o FMI, com o não pagamento da dívida externa;
- ✓ Fim do arrocho salarial, com um reajuste imediato e integral para todos os trabalhadores, que reponha as perdas salariais acumuladas pelos últimos decretos-salarias (nº 2.012, 2.045, 2.065...) E a adoção da escala móvel de salários para os futuros reajustes;
- ✓ Campanha pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário (que a Direção eleita da CUT Nacional organize uma comissão especialmente para este trabalho, no sentido de sua viabilização prática);
- ✓ Liberdade e autonomia sindical com o reconhecimento do direito de greve e desatrelamento da estrutura sindical do Estado; com a revogação imediata do capítulo V da CLT;
- ✓ Pelo fim das intervenções nos sindicatos e anistia dos diretores cassados;
- ✓ Atendimento imediato das necessidades básicas da população trabalhadora, como alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, vestuário, recreação, esportes, cultura e lazer com recursos provenientes da tributação dos lucros financeiros e bancários, de empresas multinacionais e dos rendimentos das grandes propriedades e projetos rurais;
- ✓ Por uma nova política de habitação que efetivamente atenda os interesses dos trabalhadores e onde as prestações da casa própria não ultrapassem 20% da renda familiar;

- ✓ Revogação da Lei de Segurança Nacional e de mais legislações repressivas;
- ✓ Ampla e livre organização política e partidária;
- ✓ Fim das restrições à livre propaganda política e eleitoral e direito de voto dos analfabetos, soldados e cabos;
- ✓ Contra a privatização das empresas estatais e a exigência de que qualquer alteração nestas empresas seja submetida a discussão e aprovação dos trabalhadores, através de suas entidades representativas;
- ✓ Contra todo e qualquer tipo de discriminação contra os negros, as mulheres e as minorias;
- ✓ Pela defesa das populações indígenas e pela demarcação imediata de suas terras; e
- ✓ Pelo reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores brasileiros.

O II Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT-86 ¹²

Nos dias 21, 22 e 23 de março de 1986 ocorreu, na Praia Grande (SP), o II Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Participaram do CONCLAT-86 5.546 delegados representando 1.341 entidades sindicais rurais e urbanas. A fundação da Central Geral dos Trabalhadores - CGT - foi uma das principais decisões tomadas no CONCLAT-86 e, segundo seus organizadores, representou "o coroamento do processo histórico de reorganização dos trabalhadores brasileiros que, trilhando o caminho da unidade, se mantiveram fiéis aos critérios sindicais aclamados na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em 1981, e reafirmados pelo I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (novembro de 1983)".

No CONCLAT-86 estiveram presentes delegações representando três Centrais Mundiais e 17 organizações sindicais internacionais.

O CONCLAT-86 aprovou como Plano de Lutas:

1º - 100 anos do 1º de Maio

No ano da fundação da CGT - Central Geral dos Trabalhadores - comemoramos o centenário do 1º de Maio, marco importante da história das lutas e dos trabalhadores de todo o mundo.

¹² Plano de lutas - II CONCLAT-86 in Revista da CGT, ano 1, nº 1, abril/86

Os delegados do Congresso decidiram por unanimidade que a CGT organize amplas manifestações em todo o País em torno das bandeiras de lutas aprovadas no II CONCLAT, em particular pela imediata aplicação do 1º PNRA e dos planos regionais, pela suspensão do pagamento da dívida externa e pelo congelamento de preços.

2º - Por uma Constituinte Livre, Soberana e Democrática

"No sentido de garantir que a Assembleia Nacional Constituinte traduza os anseios dos trabalhadores e do povo brasileiro, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora" decidiu:

- ✓ Realização de ampla campanha nacional de esclarecimento dos trabalhadores a respeito da Constituinte através da edição de cartilhas, seminários, debates, que divulguem as propostas básicas dos trabalhadores para a próxima Carta Magna.
- ✓ Efetiva participação dos trabalhadores nas eleições da Assembleia Nacional Constituinte apoiando os candidatos comprometidos com as reivindicações e defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo.
- ✓ Denúncia dos abusos do poder econômico e dos candidatos que se coloquem contra os interesses da Nação.
- ✓ Lutar para que o movimento sindical conquiste espaço gratuito nos meios de comunicação para divulgar as suas propostas.

3º - Defesa da Soberania Nacional

- ✓ Desenvolver ampla campanha em defesa dos interesses nacionais.
- ✓ Indicação da realização de um dia nacional de luta e mobilização pela suspensão do pagamento da dívida externa, pela imediata aplicação do PLANO DE REFORMA AGRÁRIA, bem como por sua ampliação e em defesa das empresas estatais.

4º - Organizar o povo para fiscalizar o congelamento dos preços

O II CONCLAT aprovou que os Sindicatos devem organizar junto com as associações de moradores, CIPAS, Comissões de Fábrica, Comitês de defesa do consumidor a fim de garantir os preços congelados.

- ✓ Denunciar os atravessadores, sonegadores e especuladores que tentam sabotar o plano de estabilização econômica.
- ✓ Luta pela aplicação da lei delegada.

5º - Avançar para uma nova política salarial

- ✓ Lutar pela estabilidade no emprego. Pela redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas sem redução salarial, pela incorporação automática dos 100% de inflação nas negociações salariais e pela ampliação do fundo desemprego a todos os trabalhadores e desempregados, inclusive no campo.
- ✓ Pressionar o governo e comprometer os parlamentares com a elaboração de projeto Lei a ser votado em regime de urgência, para modificar a política salarial nos itens acima mencionados.

6° - Unificação das lutas dos trabalhadores

O II CONCLAT decidiu orientar as entidades sindicais a unificar as campanhas salariais dos trabalhadores em torno da luta:

- ✓ Por aumentos reais além da produtividade.
- ✓ Pela estabilidade no emprego.
- ✓ Pela redução da jornada para 40 horas semanais sem redução salarial.
- ✓ Pelo direito de organização dos trabalhadores dentro das fábricas.

Além das campanhas salariais, estas bandeiras deverão ser encaminhadas em todos os setores de trabalho.

- ✓ Luta contra toda e qualquer discriminação das mulheres, dos negros, dos menores, no trabalho e na sociedade.
- ✓ A CGT apoiará, de todas as formas possíveis, a luta e a organização dos trabalhadores aposentados em especial a recém-criada Confederação Nacional dos Aposentados.

7° - Liberdade e autonomia sindical

- ✓ Contra as tentativas de divisão do movimento sindical e pela rejeição da convenção 87, da OIT.
- ✓ Devolução da parcela de 20% da Contribuição Sindical, hoje injustificadamente retida pelo Ministério do Trabalho, para as entidades sindicais.
- ✓ Amplo direito de greve.
- ✓ Direito de sindicalização do funcionalismo público.
- ✓ Pelo estabelecimento do poder normativo da justiça do trabalho.
- ✓ Liberdade de organização sindical dentro da empresa.

8° - Solidariedade internacional

- ✓ Apoio à luta dos povos pela autodeterminação em especial a luta do povo da Nicarágua contra as ameaças intervencionistas do Governo Reagan.
- ✓ O II CONCLAT sugeriu que, além do apoio político, seja enviado apoio material ao povo da Nicarágua através de uma doação de uma hora de trabalho de cada trabalhador brasileiro para os nicaraguenses.
- ✓ Repúdio ao regime racista na África do Sul.
- ✓ Apoio à luta do povo chileno contra a ditadura de Pinochet.
- ✓ Apoio à luta do povo palestino e pelo reconhecimento da OLP como legítimo interlocutor do seu povo, bem como a criação do Estado Palestino.
- ✓ Apoio à luta pela paz mundial e contra a corrida armamentista.

"História do Movimento Sindical no Brasil" 1ª Edição, junho de 1991, 2ª edição, maio de 2020.

Todos os textos desta coleção podem ser reproduzidos, desde que citada a fonte.